



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA

EDILZA GOMES DA SILVA

**A INFLUÊNCIA DOS VIESES DE EXCESSO DE CONFIANÇA E AVERSÃO À
PERDA NA RELAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E BEM-ESTAR
FINANCEIRO: uma análise com os servidores do IFBA**

João Pessoa

2026

EDILZA GOMES DA SILVA

**A INFLUÊNCIA DOS VIESES DE EXCESSO DE CONFIANÇA E AVERSÃO À
PERDA NA RELAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E BEM-ESTAR
FINANCEIRO: Uma análise com os servidores do IFBA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Administração no Programa de Pós-graduação
em Administração da Universidade Federal da
Paraíba.

Área de Concentração: Administração e
Sociedade.

Linha de pesquisa: Finanças e Métodos
Quantitativos

Orientador: Prof. Dr. Aldo Leonardo Cunha
Callado

Coorientadora: Prof. Dr^a Nathállya Etyenne
Figueira Silva

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Edilza Gomes da.

A influência dos vieses de excesso de confiança e aversão à perda na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro : uma análise com os servidores do IFBA / Edilza Gomes da Silva. - João Pessoa, 2026.

80 f. : il.

Orientação: Aldo Leonardo Cunha Callado.

Coorientador: Nathália Etyenne Figueira Silva.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Alfabetização financeira. 2. Vieses cognitivos. 3. Bem-estar financeiro. 4. Servidores públicos. 5. Modelagem de equações estruturais. 6. Mediação. 7. Paradoxo da estabilidade. I. Callado, Aldo Leonardo Cunha. II. Silva, Nathália Etyenne Figueira. III. Título.

EDILZA GOMES DA SILVA

A INFLUÊNCIA DOS VIESES DE EXCESSO DE CONFIANÇA E AVERSÃO À PERDA NA RELAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E BEM-ESTAR FINANCEIRO: UMA ANÁLISE COM OS SERVIDORES DO IFBA

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.

Dissertação aprovada em: 28 / 04 / 2026

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
ALDO LEONARDO CUNHA CALLADO
Data: 07/05/2026 19:03:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Aldo Leonardo Cunha Callado (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB)



Documento assinado digitalmente
NATHALLYA ETYENNE FIGUEIRA SILVA
Data: 07/05/2026 11:05:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Nathállya Etyenne Figueira Silva (Coorientadora)
Universidade de Pernambuco (UPE)



Documento assinado digitalmente
CLAUDIO PILAR DA SILVA JÚNIOR
Data: 07/05/2026 17:47:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Claudio Pilar da Silva Júnior (Examinador interno)
Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB)



Documento assinado digitalmente
FERNANDA PAES ARANTES
Data: 05/05/2026 19:20:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Fernanda Paes Arantes Leme (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO

O crescimento do endividamento das famílias brasileiras, intensificado pela ampliação do acesso ao crédito e pelas plataformas financeiras digitais, tem elevado a preocupação com a saúde financeira da população. Entre servidores públicos, esse cenário assume contornos particulares, em razão da estabilidade empregatícia e da previsibilidade de renda, estabelecem-se práticas de consumo e gestão de recursos capazes de repercutir sobre o bem-estar financeiro. Nesse contexto, torna-se essencial compreender de que forma fatores psicológicos e cognitivos modulam o uso do conhecimento financeiro. Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar a atuação dos vieses de excesso de confiança e aversão à perda como mediadores da relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro dos servidores do IFBA. Em termos metodológicos, realizou-se um estudo quantitativo, explicativo e transversal, com uma amostra de 331 profissionais, composta por Técnicos-Administrativos (42,6%) e docentes (57,4%). A análise dos dados foi conduzida por meio da Modelagem de Equações Estruturais (MEE) com suporte da técnica de bootstrapping. Os resultados revelaram que o efeito direto da alfabetização financeira sobre o bem-estar financeiro foi estatisticamente significativo ($b = 5,661$; $p < 0,001$), ao passo que o efeito indireto total apresentou coeficiente de 1,744, com alta significância estatística ($p < 0,001$), indicando mediação parcial pelo viés de excesso de confiança. A aversão à perda não atuou como uma variável mediadora nessa relação. Os resultados da modelagem sugerem que o bem-estar financeiro depende menos do estoque de conhecimento e mais da forma como o indivíduo percebe sua realidade, regula emoções e toma decisões, o que se traduz em comportamentos como planejamento financeiro, poupança e controle de gastos impulsivos. Quanto às limitações do estudo incluem o delineamento transversal, que impede inferências causais definitivas; o uso de dados autorrelatados, sujeitos a vieses de percepção e desejabilidade social; e a amostra restrita a servidores federais, o que limita a generalização dos achados para contextos laborais. Diante disso, recomenda-se que as políticas institucionais de alfabetização financeira avancem do modelo estritamente técnico para abordagens comportamentais, focadas na calibragem das percepções e na gestão emocional.

Palavras-chave: Alfabetização financeira. Vieses cognitivos. Bem-estar financeiro. Servidores públicos. Modelagem de Equações Estruturais. Mediação. Paradoxo da estabilidade.

ABSTRACT

The growth of household indebtedness in Brazil, intensified by the expansion of access to credit and digital financial platforms, has heightened concerns regarding the population's financial health. Among public servants, this scenario takes on particular contours: due to job stability and income predictability, patterns of consumption and resource management are established that may have repercussions for financial well-being. In this context, it becomes essential to understand how psychological and cognitive factors modulate the use of financial knowledge. The main objective of this study was to analyze the role of overconfidence and loss aversion biases as mediators in the relationship between financial literacy and the financial well-being of employees at IFBA. Methodologically, a quantitative, explanatory, and cross-sectional study was conducted with a sample of 331 professionals, comprising Administrative Technicians (42.6%) and Faculty Members (57.4%). Data were analyzed using Structural Equation Modeling (SEM), supported by the bootstrapping technique. The results revealed that the direct effect of financial literacy on financial well-being was statistically significant ($b = 5.661$; $p < 0.001$), while the total indirect effect had a coefficient of 1.744, with high statistical significance ($p < 0.001$), indicating partial mediation by overconfidence bias. Loss aversion did not act as a mediating variable in this relationship. The modeling results suggest that financial well-being depends less on the stock of knowledge and more on how the individual perceives their reality, regulates emotions, and makes decisions, which translates into behaviors such as financial planning, saving, and controlling impulsive spending. Therefore, it is recommended that institutional financial literacy policies move beyond a strictly technical model toward behavioral approaches focused on calibrating perceptions and managing emotions.

Keywords: Financial literacy. Cognitive biases. Financial well-being. Public servants. Structural equation modeling. Mediation. Stability paradox.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões do Bem-estar financeiro	20
Figura 2 – Modelo conceitual das três dimensões da Alfabetização.....	233
Figura 3 – Modelo conceitual da pesquisa	31
Figura 4 – Estrutura fatorial – Atitude financeira.....	423
Figura 5 – Estrutura fatorial – Comportamental financeiro	444
Figura 6 – Estrutura fatorial – Bem-estar financeiro	444
Figura 7 – Estrutura fatorial unidimensional do construto Excesso de confiança.....	455
Figura 8 – Estrutura fatorial unidimensional do construto Aversão à perda	466

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Construtos e variáveis operacionais da pesquisa.....	34
Quadro 2 – Síntese dos resultados dos testes de hipóteses	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização do perfil sociodemográfico dos participantes.	39
Tabela 2 – Índices de ajustes do modelo de mensuração (AFC).....	42
Tabela 3 – Cargas fatoriais e indicadores de confiabilidade (fidedignidade).....	47
Tabela 4 – Índices de ajustes do modelo estrutural proposto.....	52
Tabela 5 – Regressões (Efeitos Diretos)	54
Tabela 6 – Resultados dos Efeitos Indiretos (Mediação).....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos da Pesquisa	13
1.2 Justificativa	13
1.3 Contribuições	14
1.3.1 Contribuições práticas	14
1.3.2 Contribuições sociais	15
1.3.3 Contribuições para o avanço do conhecimento	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Endividamento e comportamento financeiro de servidores públicos	17
2.2 Bem-estar financeiro	19
2.3 Alfabetização financeira	21
2.4 Vieses cognitivos comportamentais	24
2.4.1 Excesso de confiança (<i>overconfidence</i>)	27
2.4.2 Aversão à perda (<i>loss aversion</i>)	28
2.5 Síntese Teórica e Formulação das Hipóteses	30
2.6 Modelo conceitual proposto	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1 Delineamento da pesquisa	33
3.2 População e Amostra	34
3.3 Modelagem de Equações Estruturais (MEE)	35
3.3.1 Análise de mediação	36
3.3.2 Aspectos éticos e financiamento da pesquisa	37
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
4.1 Caracterização da Amostra	38
4.2 Resultado da Análise Fatorial Confirmatória (AFC)	41
4.2.1 Análise do Modelo Estrutural	50
4.2.2 Resultado da análise direta entre os construtos	53
4.3 Resultados da análise indireta entre os construtos (Mediação)	57
4.4 Teste das Hipóteses	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
5.1 Contribuições da pesquisa	64
5.2 Limitações da pesquisa	66
5.3 Agenda de pesquisas futuras	67
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados (questionário)	75

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, mais de 43% da população ainda não possui reservas financeiras para lidar com imprevistos, segundo levantamento realizado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Planejar (Associação Brasileira de Planejamento Financeiro, 2025). As instituições apontaram ainda que 43,13% da população adulta estava com o nome negativado — cerca de 71,78 milhões de pessoas. Esses dados reforçam a importância da alfabetização financeira e levantam uma questão central: por que, mesmo com informações relevantes cada vez mais disponíveis, muitas pessoas continuam tomando decisões financeiras inadequadas?

Neste estudo, o foco se concentra na alfabetização financeira, entendida como o conjunto de conhecimentos, comportamentos e atitudes que capacitam os indivíduos a tomar decisões financeiras mais adequadas, conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2024). No que se refere ao conceito da alfabetização financeira, este será distinto da educação financeira, embora sejam frequentemente utilizados como sinônimos.

Conforme a OCDE (2023), a educação financeira é definida como o processo educacional de instrução, por meio do qual os indivíduos melhoram sua compreensão sobre produtos e conceitos financeiros. Por outro lado, a alfabetização financeira (*financial literacy*) é entendida como o resultado desse processo, configurando-se como um conjunto multidimensional de conhecimentos, comportamentos e atitudes que capacitam o indivíduo a tomar decisões financeiras adequadas (Huston, 2010; OCDE, 2024). Assim, enquanto a educação é o meio de instrução, a alfabetização representa a competência final e o estado de prontidão do indivíduo para a gestão de seus recursos.

O objetivo da presente pesquisa foi compreender de que forma a alfabetização se relaciona com o bem-estar financeiro, especialmente sob a influência dos vieses cognitivos o Excesso de Confiança e Aversão à Perda. Tais vieses cognitivos são conceituados na literatura como padrões sistemáticos de desvio da racionalidade no pensamento e na tomada de decisões humanas, o que os leva a tomar decisões com base em informações incompletas ou atalhos mentais, conforme Kahneman e Tversky (1979). Nesse contexto, o ser humano opera com racionalidade limitada, recorrendo a heurísticas — atalhos cognitivos que simplificam a complexidade das decisões, mas que podem gerar vieses, ou seja, erros sistemáticos no julgamento (Simon, 1956).

Kahneman (2011) complementa que o sistema de pensamento rápido e intuitivo (Sistema 1) é particularmente vulnerável a esses efeitos. Assim, fatores emocionais, como o medo de perder ou a autoconfiança excessiva, não são atalhos propriamente ditos, mas influências que potencializam o uso das heurísticas ou distorcem a percepção de risco, favorecendo decisões financeiras irracionais, impactando negativamente o bem-estar financeiro dos tomadores de decisões. No contexto do consumo, por exemplo, a aversão à perda se manifesta quando o indivíduo evita cancelar um serviço por assinatura que quase não utiliza — como academia ou streaming — apenas para não sentir que está “abrindo mão” de algo que já paga, mesmo que isso comprometa seu orçamento mensal.

Já o excesso de confiança pode ser observado quando consumidores utilizam repetidamente o cartão de crédito ou contratam empréstimos acreditando “conseguir facilmente pagar depois”, subestimando juros e imprevistos, o que pode resultar em um endividamento crônico. Esses exemplos ilustram a forma como os vieses cognitivos podem comprometer a racionalidade das decisões financeiras cotidianas, mesmo diante das informações disponíveis.

Nesse sentido, torna-se relevante investigar de que forma tais vieses, especificamente o excesso de confiança e a aversão à perda, interferem na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro. Estudos recentes no cenário brasileiro demonstram que o impacto dos vieses cognitivos não se restringe apenas a indivíduos, mas compromete a sustentabilidade de polos industriais inteiros. No setor têxtil de Toritama-PE, por exemplo, o excesso de confiança e o comportamento de manada foram identificados como fatores determinantes para o elevado endividamento e inadimplência dos empresários locais (VASCONCELOS *et al.*, 2025).

A literatura aponta a importância desses fatores, mas ainda carece de análises mais aprofundadas sobre o impactor mediador que exercem nesse processo (Arianti, 2018). Silva (2022) analisou as influências da alfabetização financeira, da inclusão financeira e dos vieses cognitivos sobre o bem-estar financeiro individual; seus achados reforçaram a importância desses fatores, evidenciando que os vieses de excesso de confiança e aversão à perda impactam diretamente o bem-estar financeiro. Contudo, não verificou empiricamente se tais vieses atuam como mediadores. Diante disso, a presente pesquisa buscou responder à seguinte questão: **de que forma os vieses de excesso de confiança e aversão à perda atuam como mediadores da relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro?**

Com o objetivo de responder a essa questão, analisou-se a mediação dos vieses cognitivos na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro, bem como a influência individual de cada viés.

O bem-estar financeiro, também, é um construto multidimensional que não depende apenas do conhecimento técnico sobre finanças, mas também de fatores comportamentais, emocionais e cognitivos. Diversos estudos indicam que atitudes frente ao dinheiro, hábitos de consumo, nível de autocontrole e vieses cognitivos, como o excesso de confiança ou a aversão à perda, são determinantes relevantes para a forma como os indivíduos lidam com suas finanças pessoais (Brüggen *et al.* 2017; Kahneman, 2011).

Estudos como o de Kebede (2015), em revisão da literatura sobre educação financeira e gestão de finanças pessoais, identificaram que a educação financeira está correlacionada com variáveis sociodemográficas, a exemplo de gênero, idade, escolaridade e renda. Arianti (2018), por sua vez, demonstrou que a educação financeira não afeta diretamente as decisões de investimento, mas que o comportamento financeiro e a renda possuem efeitos significativos.

No contexto brasileiro, destaca-se o estudo de Potrich, Vieira e Kirch (2015), que analisou os determinantes da alfabetização financeira, sendo pioneiro ao propor um modelo que identifica variáveis socioeconômicas e demográficas associadas ao nível de alfabetização financeira. Diante desse cenário, a presente pesquisa se propôs a avançar teórica e empiricamente, analisando se os vieses cognitivos de excesso de confiança e aversão à perda atuam como mediadores na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro.

Além disso, propõe-se uma ampliação do modelo de Silva (2022) por meio da análise de mediação estatística, não explorada pela autora. O público-alvo do estudo foi composto por servidores técnicos administrativos e docentes efetivos e ativos do IFBA, cuja tomada de decisão financeira pode ser influenciada tanto por seu nível de conhecimento quanto por mecanismos cognitivos inconscientes.

Desse modo, investigar essa relação, nesse contexto, é relevante não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também social, visto que esses profissionais desempenham papel estratégico na formação cidadã e podem atuar como multiplicadores de boas práticas financeiras no âmbito institucional.

Ademais, destaca-se que promover a alfabetização financeira é essencial para capacitar indivíduos a tomarem decisões mais informadas sobre investimentos, consumo e planejamento. Melhorar esse nível de conhecimento pode favorecer comportamentos mais prudentes, maior segurança econômica e estratégias de investimento mais bem-sucedidas — especialmente quando associados à redução de vieses comportamentais que comprometem a racionalidade, contribuindo, assim, para o bem-estar financeiro individual.

Embora a literatura reconheça a importância da alfabetização financeira, permanece pouco explorado como esse conhecimento se traduz (ou não) em bem-estar financeiro quando mediado por vieses cognitivos, especialmente em contextos de estabilidade funcional.

1.1 Objetivos da Pesquisa

Objetivo geral: Analisar de que forma os vieses cognitivos de excesso de confiança e aversão à perda atuam na mediação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro.

Objetivos específicos

- Identificar a relação entre a alfabetização financeira e os vieses cognitivos de excesso de confiança e aversão à perda;
- Avaliar de que forma vieses cognitivos de excesso de confiança e aversão à perda impactam no bem-estar financeiro;
- Testar empiricamente a influência dos vieses cognitivos na mediação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro.

1.2 Justificativa

A presente investigação justifica-se pela necessidade de avançar além do paradigma clássico do *homo economicus*, aprofundando a compreensão dos mecanismos psicológicos que limitam a tradução do conhecimento técnico em bem-estar financeiro. Embora a literatura tradicional sustente uma relação direta entre alfabetização financeira e qualidade de vida, evidências empíricas demonstram que o acesso isolado à informação não é suficiente para promover percepção de segurança e controle econômico.

Sob a perspectiva teórica, o desenvolvimento desta pesquisa revelou-se imperativo por três razões, a saber: em primeiro lugar, ao preencher uma lacuna identificada em estudos recentes, demonstra-se empiricamente que os vieses cognitivos não atuam apenas como influências marginais, mas como mediadores fundamentais; a alfabetização financeira impacta o bem-estar tanto de forma direta e indireta quando filtrada pela autopercepção de competência. Essa constatação amplia a compreensão sobre o processamento cognitivo do conhecimento financeiro e sua conversão em segurança percebida.

Em segundo lugar, a análise de contextos de estabilidade funcional contribui para explicar como o bem-estar financeiro desse grupo se constrói. Os resultados indicam que a segurança ocupacional pode potencializar o excesso de confiança e intensificar a aversão à perda, contrariando a lógica normativa segundo a qual a estabilidade de renda conduziria automaticamente a decisões mais racionais. Esse achado evidencia que a previsibilidade econômica pode, paradoxalmente, obscurecer fragilidades financeiras de longo prazo.

Em terceiro lugar, a pesquisa revela que indivíduos com elevada titulação acadêmica não estão imunes a escolhas financeiras subótimas. O fenômeno identificado como “viés do especialista” mostra que a expertise acadêmica e a segurança funcional podem transbordar para uma confiança excessiva na gestão financeira, o que pode mascarar a necessidade de planejamento financeiro objetivo.

Do ponto de vista prático e social, este estudo oferece subsídios para análises de políticas de alfabetização financeira tecnicistas. Ao evidenciar que o excesso de confiança atua como um mediador parcial do bem-estar, independentemente do nível de instrução formal, reforça-se a necessidade de estratégias de calibragem comportamental e programas voltados ao fortalecimento da resiliência emocional.

1.3 Contribuições

A presente pesquisa exhibe contribuições relevantes em três dimensões: prática, social e teórica, com destaque para seus desdobramentos no contexto institucional do IFBA, na sociedade em geral e no avanço do campo das finanças comportamentais.

1.3.1 Contribuições práticas

Em um cenário marcado pela crescente complexidade dos mercados financeiros e pela ampliação da autonomia individual na gestão de recursos, compreender os fatores que influenciam o bem-estar financeiro tornou-se essencial. Este estudo oferece subsídios concretos para:

- Alfabetização financeira institucional e pública: Os achados da pesquisa podem fundamentar o aprimoramento de programas educacionais — no IFBA e em outras instituições — ao integrar aspectos comportamentais às práticas de ensino, indo além dos conteúdos técnicos. Isso possibilita a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para tomar decisões financeiras equilibradas.

- **Gestão pessoal das finanças:** Ao compreender como os vieses de excesso de confiança e aversão à perda afetam a tomada de decisão, os participantes poderão adotar estratégias para mitigar seus efeitos, resultando em escolhas mais racionais, maior controle financeiro e maior bem-estar.

- **Instituições financeiras e fintechs:** As evidências levantadas podem apoiar o desenvolvimento de produtos e serviços mais alinhados ao comportamento real dos consumidores, promovendo decisões sustentáveis e prevenindo o endividamento impulsivo.

1.3.2 Contribuições sociais

A pesquisa também possui potencial para gerar impacto positivo em âmbito social, especialmente ao considerar o público-alvo formado por servidores públicos da educação:

- **Fortalecimento institucional:** O IFBA, como instituição educadora, pode se beneficiar ao aplicar os resultados da pesquisa em ações internas de capacitação, promoção de saúde financeira e incentivo ao planejamento pessoal dos servidores.

- **Redução de desigualdades:** Ao identificar como fatores cognitivos afetam a qualidade das decisões financeiras, o estudo pode orientar práticas que minimizem seus efeitos entre grupos socialmente vulneráveis, contribuindo para a promoção da justiça econômica.

- **Saúde mental e qualidade de vida:** A relação entre dificuldades financeiras e sofrimento psíquico é amplamente reconhecida. Ao promover maior consciência sobre os fatores que prejudicam o bem-estar financeiro, a pesquisa contribui indiretamente para o fortalecimento da saúde mental dos indivíduos.

1.3.3 Contribuições para o avanço do conhecimento

Do ponto de vista acadêmico, este estudo se diferencia por testar, de forma empírica, a influência mediadora dos vieses de excesso de confiança e aversão à perda na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro, preenchendo uma lacuna identificada na literatura recente (Silva, 2022). As contribuições incluem:

- **Ampliação do campo das finanças comportamentais:** Ao fornecer evidências sobre como fatores cognitivos interferem na aplicação do conhecimento financeiro, a pesquisa contribui para o aprofundamento dessa área de estudo.

- **Inovação metodológica:** A utilização de Modelagem de Equações Estruturais (MEE) e de *bootstrapping* para testar efeitos indiretos confere robustez estatística e precisão aos resultados, podendo inspirar outros pesquisadores a adotar abordagens similares.

- Base para estudos futuros: O modelo teórico proposto e os resultados obtidos podem orientar novas pesquisas que explorem outros vieses cognitivos ou variáveis intervenientes no processo de decisão financeira.

Em síntese, esta pesquisa busca contribuir para a construção de conhecimento científico relevante, ao mesmo tempo em que oferece suporte prático para instituições educacionais, formuladores de políticas públicas, indivíduos e organizações comprometidas com a promoção da estabilidade financeira e do bem-estar individual e coletivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo dedica-se à sistematização das bases teóricas que sustentam a investigação voltada para a relação entre a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro, sob a ótica mediadora dos vieses cognitivos. Inicialmente, discute-se o panorama do endividamento e o comportamento financeiro de servidores públicos, explorando como a estabilidade do vínculo estatutário e o acesso facilitado ao crédito consignado modulam as decisões econômicas desse grupo. Na sequência, abordam-se as dimensões do bem-estar financeiro, compreendido como um construto que integra segurança objetiva e percepções subjetivas de liberdade e controle.

Posteriormente, o capítulo aprofunda-se na alfabetização financeira, diferenciando-a da educação financeira tradicional ao incorporar as dimensões de conhecimento, comportamento e atitude no processo decisório. A seção seguinte fundamenta os vieses cognitivos comportamentais, ancorando-se na Teoria das Finanças Comportamentais para explicar os desvios da racionalidade plena. Nesse escopo, recebem atenção especial o excesso de confiança, associado à superestimação de capacidades individuais, e a aversão à perda, que descreve a assimetria emocional entre ganhos e prejuízos.

Por fim, este capítulo sintetiza essas discussões por meio da apresentação do Modelo Conceitual Proposto e das Hipóteses da Pesquisa, estabelecendo os caminhos de mediação que foram analisados a partir da Modelagem de Equações Estruturais (MEE).

2.1 Endividamento e comportamento financeiro de servidores públicos

O comportamento financeiro de servidores públicos tem despertado crescente interesse na literatura, sobretudo em razão do acesso facilitado ao crédito consignado e da estabilidade ocupacional característica desse grupo. A combinação entre renda previsível, garantia de pagamento e oferta contínua de crédito com taxas de juros reduzidas tornam os servidores públicos um agente econômico especialmente suscetível à tomada recorrente de empréstimos. Esse ambiente institucional cria condições tanto para decisões financeiras potencialmente mais seguras quanto para padrões de endividamento capazes de comprometer o bem-estar financeiro quando não acompanhados por comportamentos financeiros prudentes.

Tal cenário reflete a normalização do crédito consignado e o mimetismo social demonstrado por Loureiro (2021) em seu estudo sobre servidores do Ministério Público, cujos achados indicam que a estabilidade financeira não impede o superendividamento quando não há suporte ao bem-estar psicológico. Bandura (1977) propõe que o comportamento humano não

é determinado apenas por conhecimento, habilidades ou recompensas externas, mas principalmente pela crença do indivíduo na própria capacidade de executar ações necessárias para alcançar determinados resultados.

Nesse contexto, as finanças comportamentais oferecem um arcabouço teórico fundamental para compreender o equilíbrio entre razão e emoção no processo de tomada de decisão financeira. Esse campo de estudo emerge da interface entre economia e psicologia, reconhecendo que as escolhas econômicas dos indivíduos são influenciadas por fatores cognitivos, emocionais e sociais, e não apenas por critérios de racionalidade estritamente instrumental, conforme proposto por Simon (1955) e aprofundado por Kahneman (2011).

Evidências empíricas brasileiras e em outros países indicam que o crédito consignado exerce papel relevante na dinâmica de endividamento dos servidores públicos. Estudos conduzidos com servidores federais, estaduais e municipais sugerem que a facilidade de contratação, aliada à percepção de segurança proporcionada pelo desconto automático em folha, tende a estimular comportamentos de consumo imediato e menor planejamento financeiro de longo prazo (Macedo, 2023; Oliveira *et al.*, 2021; Santos e Ferreira, 2020).

Ademais, a estabilidade conquistada no emprego, embora represente um importante mecanismo de proteção socioeconômica, pode reduzir a percepção subjetiva de risco, favorecendo vieses comportamentais como o excesso de confiança e a subestimação das consequências financeiras futuras. Sob a perspectiva de Kahneman (2011), esse comportamento pode ser explicado pela predominância de processos decisórios automáticos e intuitivos, nos quais o conforto imediato se sobrepõe à avaliação analítica dos riscos futuros.

No contexto desta pesquisa, compreender o comportamento financeiro dos servidores públicos é fundamental, pois esse grupo reúne características que ampliam a relevância dos construtos já investigados, a saber: alfabetização financeira, vieses cognitivos e bem-estar financeiro. O acesso facilitado ao crédito, principalmente o consignado, associado a fatores psicológicos e cognitivos, pode influenciar diretamente a tomada de decisão, reforçando a importância de investigar de que forma o conhecimento financeiro, excesso de confiança e aversão à perda se articulam na experiência financeira desses indivíduos. Assim, o estudo dos servidores públicos torna-se um campo empírico particularmente adequado para examinar os impactos das habilidades financeiras e dos vieses comportamentais sobre o bem-estar financeiro.

2.2 Bem-estar financeiro

Conforme Brügger *et al.* (2017), o bem-estar financeiro é definido como uma condição que envolve tanto a segurança objetiva (como a capacidade de cumprir obrigações financeiras) quanto a percepção subjetiva de controle sobre a própria vida econômica. Trata-se de um construto multidimensional que reflete não apenas a realidade financeira do indivíduo, mas também sua percepção de autonomia, segurança e liberdade de escolha.

No Brasil, o bem-estar financeiro da população apresenta níveis preocupantes, não apenas em função de limitações econômicas estruturais, mas também do baixo nível de preparo financeiro da maioria dos cidadãos. Segundo levantamento recente realizado pelo Senado Federal (2024), o despreparo financeiro da população é alarmante, sendo caracterizado pela ausência de reservas para emergências, dificuldades na compreensão de conceitos básicos de finanças e elevado nível de endividamento e inadimplência.

Esse cenário evidencia a importância de compreender o bem-estar financeiro não apenas sob a ótica do conhecimento técnico, mas também considerando as dimensões emocionais, comportamentais e perceptivas, que afetam diretamente a capacidade dos indivíduos de alcançar uma condição de maior segurança e tranquilidade financeira.

Além disso, a literatura reconhece o bem-estar financeiro como um componente fundamental do bem-estar geral, influenciando a saúde física, a estabilidade emocional e a qualidade de vida dos indivíduos (Brügger *et al.* 2017; Lusardi e Mitchell, 2014). Embora o conhecimento financeiro contribua para o bem-estar, estes mesmos autores apontam que variáveis emocionais e cognitivas também desempenham um impacto relevante nesse processo. Sendo assim, é necessária uma análise integrada dos fatores envolvidos. Neste cenário, o relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018) define que, para alcançar o bem-estar financeiro, é necessário tomar decisões sólidas com base em uma combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos financeiros.

Estudos como o desenvolvido por D'Agostino e Rosciano Estarita (2020), ao analisarem uma amostragem de indivíduos na Europa, chegaram à conclusão de que não existe uma intrínseca relação entre o bem-estar e o Produto Interno Bruto do país, mas sim se encontra diretamente relacionado com características socioeconômicas da população, bem como com a governança e com os elementos culturais do país. Por isso, a necessidade de que países em desenvolvimento criem políticas públicas que visem estimular a pesquisa com novas definições

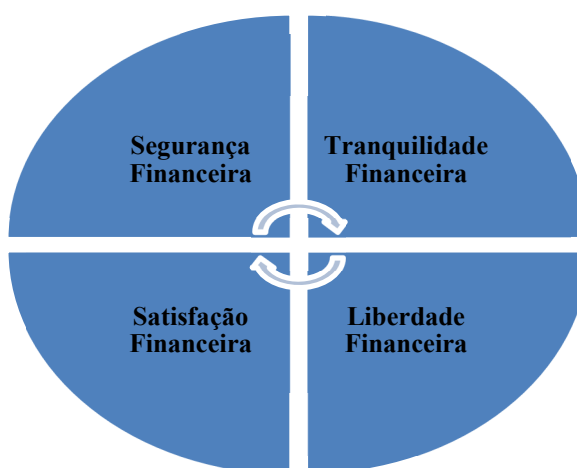
e escalas que sejam condizentes com as suas características e realidades de seus respectivos cotidianos.

Essa compreensão mais contextualizada do bem-estar financeiro também se confirma em estudos já realizados com a população brasileira. Klein *et al.* (2021) identificaram que, durante a pandemia de Covid-19, o bem-estar financeiro de grande parte dos brasileiros atingiu níveis extremamente baixos. Essa queda esteve fortemente associada à perda total ou parcial da renda, afetando especialmente indivíduos com empregos instáveis, baixa renda, responsabilidades familiares e ausência de reservas financeiras.

Para esses pesquisadores, o bem-estar financeiro é essencial à saúde e à qualidade de vida, correlacionando-se com felicidade, satisfação e interações sociais, e inversamente ligadas à depressão e à ansiedade. O estudo também indicou que as maiores dificuldades financeiras afetaram indivíduos com dependentes, com empregos instáveis, com baixa renda e sem poupança prévia à pandemia.

A Figura 1 ilustra as quatro dimensões fundamentais do Bem-Estar Financeiro, representadas de forma interdependente, conforme destacado em diversos modelos teóricos contemporâneos, como o proposto pelo *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB, 2017) e aprofundado por Brüggem *et al.* (2017).

Figura 1 - Dimensões do bem-estar financeiro



Fonte: Portal Gov.br (2024)

A segurança financeira refere-se à capacidade objetiva do indivíduo de cumprir suas obrigações financeiras no curto e longo prazo. Isso inclui a existência de reservas financeiras suficientes para lidar com imprevistos, como emergências médicas ou desemprego, e a ausência

de estresse decorrente de dívidas excessivas (CFPB, 2017; Brüggen *et al.*, 2017). Por outro lado, enquanto a tranquilidade financeira corresponde à percepção subjetiva de calma e ausência de preocupação em relação à situação financeira atual e futura, mesmo que duas pessoas tenham condições financeiras objetivas similares, a tranquilidade pode variar conforme diferenças individuais de tolerância ao risco, planejamento e resiliência (Netemeyer *et al.*, 2018; CFPB, 2017).

No tocante, à liberdade financeira, essa diz respeito à autonomia e ao poder de escolha proporcionados por uma boa gestão financeira, permitindo que os indivíduos tomem decisões de consumo, investimento ou lazer sem comprometer sua estabilidade econômica, ampliando a sua capacidade de alcançar objetivos pessoais e familiares (Brüggen *et al.*, 2017; Shim *et al.*, 2009).

Por último, a satisfação com a gestão financeira está relacionada ao nível de contentamento e percepção de competência na administração das próprias finanças. Isso inclui a capacidade de planejar, controlar gastos, poupar e investir, influenciando diretamente a autoestima financeira e a sensação de bem-estar (Gutter; Copuro, 2011; Brüggen *et al.*, 2017).

Este modelo destaca que o bem-estar financeiro não se restringe a um único aspecto, a exemplo de renda ou patrimônio, mas envolve uma complexa interação entre recursos financeiros, habilidades de gestão, percepções subjetivas e emoções relacionadas ao dinheiro. Para a mensuração desse construto, foi utilizada a escala validada no Brasil com base na proposta do *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB 2015; 2017), composta por 10 itens que avaliam aspectos de segurança e liberdade de escolha financeira, tanto no presente quanto no futuro.

Conforme enfatizado por Brüggen *et al.*, (2017), a abordagem multidimensional é essencial para compreender os fatores que impactam o bem-estar financeiro e para o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções educacionais mais eficazes. Nesse contexto, destaca-se a importância da alfabetização financeira como uma das principais variáveis preditoras da qualidade das decisões econômicas e do equilíbrio financeiro individual, a qual será abordada no próximo tópico.

2.3 Alfabetização financeira

A alfabetização financeira, entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos, atitudes e comportamentos, assumiu um papel fundamental para permitir e

capacitar as pessoas a tomarem decisões responsáveis em sua busca pelo bem-estar financeiro segundo dados da OCDE (2023; 2024). Para tanto, são utilizados modelos que integram conhecimento, comportamento e atitude financeira.

Apesar da crescente complexidade do cenário financeiro e de risco, pesquisas recentes de alfabetização financeira, conduzidas pela OCDE (2018), destacaram que muitas pessoas - especialmente grupos vulneráveis - não têm nem mesmo conhecimento financeiro básico e estão mal preparadas para tomar decisões financeiras de forma equilibrada. Considerando estes desafios, as políticas destinadas a aumentar o conhecimento dos produtos financeiros e dos riscos associados, bem como políticas que fortalecem as competências financeiras dos consumidores, sua resiliência financeira e bem-estar, são essenciais dentro de uma estrutura financeira robusta de proteção ao consumidor.

Para Huston (2010) e Remund (2010), a alfabetização financeira se configura não apenas pelo domínio de conceitos financeiros, mas fundamentalmente pela aptidão em aplicar esse conhecimento em situações reais. Essa capacidade de traduzir o saber em ação eficaz é o que verdadeiramente define um indivíduo alfabetizado financeiramente. Uma sólida alfabetização financeira pode, em teoria, mitigar a influência de vieses comportamentais, permitindo decisões mais informadas e, conseqüentemente, contribuindo para um maior bem-estar financeiro.

Nesse sentido, Lusardi e Mitchell (2014) e Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014) evidenciam que a alfabetização financeira possui impacto positivo sobre a estabilidade financeira dos indivíduos, promovendo maior capacidade de poupança, investimento, planejamento de longo prazo. Eles apontam, ainda, que o conhecimento financeiro, isoladamente, pode não ser suficiente para garantir decisões plenamente racionais devido a interferências de fatores emocionais e heurísticos.

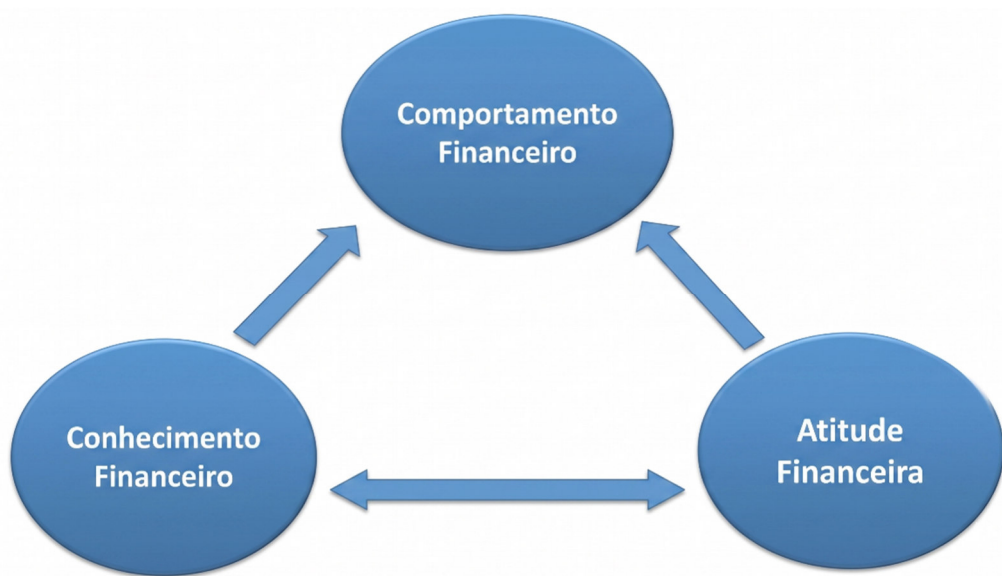
Didaticamente, a alfabetização financeira representa a competência efetiva do indivíduo, sobre a qual se estruturam comportamentos financeiros mais adequados. Ela compreende o domínio de conhecimentos fundamentais acerca do funcionamento do dinheiro, incluindo conceitos básicos de finanças pessoais, avaliação de riscos e benefícios associados a produtos financeiros como empréstimos e poupanças, bem como a capacidade de interpretar informações financeiras elementares (OCDE, 2013; Lusardi e Mitchell, 2014).

Lusardi e Mitchell (2011) destacam que, embora seja essencial mensurar o nível de alfabetização financeira dos indivíduos, na prática, é desafiador compreender como eles processam as informações financeiras e fundamentam suas decisões.

Como mencionado anteriormente, esta pesquisa não trata a alfabetização financeira como sinônimo de educação financeira, uma vez que esses dois construtos são conceitualmente diferentes e usá-los como sinônimos poderia gerar conflitos, pois a alfabetização vai além da educação financeira; enquanto o foco principal da segunda é o conhecimento, o da primeira se amplia para alcançar o comportamento e a atitude financeira dos indivíduos, conforme apresentado por McCormeck (2009) e Huston (2010). Assim, a OCDE (2013), conceitua de forma apropriada a ideia de que a alfabetização financeira é uma combinação de consciência, habilidade, atitude e comportamento necessário para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual.

A abordagem reconhece que ter apenas conhecimento financeiro é insuficiente. Fatores comportamentais (como poupar, pagar contas em dia) e atitudes (como planejamento de longo prazo) são essenciais, conforme Atkinson e Messy (2012). A Figura 2 a seguir representa um modelo conceitual que descreve a relação entre as três dimensões principais da alfabetização financeira:

Figura 2 – Modelo conceitual das três dimensões da alfabetização



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Este modelo foi construído com base no argumento, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2024), de que o conhecimento e a atitude financeira precedem o comportamento financeiro. Esse refere-se ao domínio de conceitos, informações e habilidades técnicas que permitem ao indivíduo compreender produtos e práticas

financeiras — como juros, inflação, investimentos, empréstimos e outros. Já a atitude financeira refere-se às disposições psicológicas, valores, crenças e motivações em relação ao dinheiro (OCDE, 2012, 2013), conforme também apontado por Potrich *et al.* (2015).

Desse modo, enquanto a atitude financeira influencia de que forma o conhecimento é usado, por exemplo, se uma pessoa valoriza o consumo imediato ou prefere o planejamento e a poupança, o comportamento financeiro é o resultado observável, isto é, as ações financeiras efetivamente praticadas no dia a dia, como poupar, investir, controlar gastos, evitar dívidas excessivas (Huston, 2010).

Embora o conhecimento e a atitude financeira representem dimensões fundamentais para a construção de comportamentos econômicos mais conscientes, a literatura em finanças comportamentais aponta que esses elementos, por si só, não garantem decisões financeiras racionais. Fatores psicológicos e emocionais também desempenham um papel relevante nesse processo, influenciando a forma como os indivíduos interpretam e utilizam seu conhecimento em situações concretas.

Portanto, compreender os mecanismos mentais que interferem no julgamento financeiro torna-se essencial para explicar por que, mesmo em contextos de alta alfabetização financeira, persistem comportamentos inconsistentes com o bem-estar econômico. É nessa perspectiva que se insere a análise de vieses cognitivos comportamentais como o excesso de confiança e a aversão à perda, que serão tratados a seguir.

2.4 Vieses cognitivos comportamentais

No início da década de 1970, Amos Tversky e Daniel Kahneman cunharam o termo “viés cognitivo” para descrever os padrões de resposta sistemáticos, porém supostamente falhos, das pessoas a problemas de julgamento e decisão. Esse conceito ganhou influência significativa na literatura psicológica e de ciências sociais. Entender como funcionam esses mecanismos sistemáticos tornou-se relevante, pois eles influenciam os processos mentais, afetam a eficiência, a confiabilidade e a precisão das decisões humanas.

Kahneman (2011) explica que o ser humano, por ser dotado de razão, seria capaz de conter seus instintos e emoções, avaliando objetivamente as situações e escolhendo, entre as várias alternativas, aquela que lhe parece ser mais vantajosa. Contudo, estudos conduzidos ao longo de décadas pelo mesmo autor evidenciaram que essa crença é, em grande parte, ilusória.

Na prática, os indivíduos estão constantemente expostos a influências cognitivas e emocionais que podem minar sua capacidade de julgar e agir com clareza.

Para desvendar a dinâmica intrínseca das decisões financeiras, muitas vezes afastadas de uma concepção clássica de racionalidade, esta pesquisa se alinha à Teoria das Finanças Comportamentais. Em oposição a essa visão, a Teoria das Finanças Comportamentais incorpora fatores psicológicos, heurísticos e distorções cognitivas como elementos estruturantes da análise do comportamento econômico real.

Nesse contexto, este trabalho aprofundou a análise de dois vieses cognitivos comportamentais: o excesso de confiança e a aversão à perda. O viés do excesso de confiança leva indivíduos a superestimar suas capacidades analíticas ou previsões futuras, o que pode resultar em decisões arriscadas, como investimentos impulsivos ou subestimação de dívidas. Já a aversão à perda pode paralisar a ação, levando pessoas a evitarem decisões financeiras importantes por medo de perder, mesmo quando a probabilidade de ganho é razoável.

Dentro desse campo, uma das contribuições seminais é o conceito de racionalidade limitada, introduzido por Simon (1990). Este autor reconheceu que as capacidades cognitivas humanas são inerentemente restritas, especialmente quando confrontadas com contextos de elevada complexidade e incerteza. Para contornar essa limitação, os indivíduos frequentemente recorrem a heurísticas – atalhos mentais que, embora eficientes para agilizar o processamento de informações, podem sistematicamente conduzir a erros de julgamento, conhecidos como vieses cognitivos – desvio sistemático da lógica ou da realidade.

Kahneman (2011) propôs que os julgamentos humanos são guiados por dois sistemas cognitivos distintos. O Sistema 1 é rápido, automático, intuitivo e fortemente influenciado por emoções; já o Sistema 2 é mais lento, deliberativo, analítico e requer esforço cognitivo. A maioria dos vieses comportamentais, como o excesso de confiança ou a aversão à perda, tende a emergir quando o Sistema 1 prevalece sobre o Sistema 2, levando a decisões menos racionais.

Modelos alternativos, como os sistemas de cognição Tipo 1 e Tipo 2 (Evans e Stanovich, 2013), oferecem uma abordagem complementar, destacando que esses processos não são mutuamente excludentes, mas funcionam em interação dinâmica.

Dentre os vieses cognitivos que emergem desse contexto de racionalidade limitada, destaca-se o conceito de contabilidade mental, introduzido por Thaler (1999). Este mesmo autor descreveu a tendência das pessoas de categorizar mentalmente seus recursos financeiros em "contas" distintas, o que nem sempre resulta em decisões ótimas. Posteriormente, Barberis e Thaler (2003) aprofundaram essa perspectiva ao demonstrar que vieses como excesso de

confiança e ancoragem auxiliaram na explicação de anomalias de mercado, como a volatilidade excessiva e a persistência de comportamentos subótimos por parte dos investidores.

Nesse arcabouço, a Teoria da Perspectiva (Prospect Theory), formulada por Kahneman e Tversky (1979), emerge como um pilar central para explicar as decisões sob risco. Essa teoria postula que os indivíduos avaliam ganhos e perdas em relação a um ponto de referência subjetivo (geralmente o *status quo*) e que a percepção de perdas exerce um impacto emocional significativamente maior do que ganhos equivalentes.

Essa assimetria, conhecida como aversão à perda, tem sido quantificada empiricamente, com Kahneman (2011) sugerindo que o impacto emocional das perdas pode ser aproximadamente de 1,5 a 2,25 vezes superior ao dos ganhos. Essa aversão à perda conduz a escolhas que são paradoxalmente conservadoras, como a manutenção de investimentos deficitários ou o adiamento da quitação de dívidas, mesmo quando tais comportamentos são racionalmente desvantajosos. A relevância da Teoria da Perspectiva reside em sua capacidade de conectar fatores emocionais e heurísticos às anormalidades empíricas observadas no comportamento financeiro, atuando como uma ponte essencial entre a cognição limitada e as práticas concretas de decisão.

Mais recentemente, a literatura associada às finanças comportamentais continuou a se expandir, validando e aprofundando a compreensão dos vieses cognitivos. Agudelo Aguirre (2024), em uma análise cientométrica abrangente, destacaram o crescimento robusto dos estudos sobre vieses cognitivos, evidenciando sua interface interdisciplinar com a Psicologia e a Sociologia.

Em linha com essa evolução, Yang (2024) reforçou como vieses específicos, como o efeito *framing*, o efeito de dotação e, novamente, a aversão à perda, são fundamentais para desvendar padrões complexos nos mercados financeiros, a exemplo do *momentum* e da reversão de preços.

Assim, os vieses cognitivos comportamentais, ao representarem padrões sistemáticos de julgamento que desviam da racionalidade plena, assumem função relevante na compreensão dos limites da tomada de decisão financeira. Mesmo indivíduos com níveis satisfatórios de alfabetização financeira podem apresentar distorções perceptivas que comprometem a qualidade de suas escolhas econômicas. Dentre os principais vieses investigados pela literatura em finanças comportamentais, destaca-se o excesso de confiança, fenômeno recorrente que influencia diretamente o modo como os indivíduos avaliam suas capacidades financeiras e que será discutido a seguir.

2.4.1 Excesso de confiança (*overconfidence*)

Dando sequência, aborda-se o primeiro viés cognitivo analisado nesta pesquisa: o excesso de confiança. Esse viés é caracterizado pela tendência dos indivíduos a superestimarem suas próprias habilidades, conhecimentos ou controle sobre eventos futuros (Kahneman; Tversky, 1979). No campo das finanças comportamentais, essa percepção distorcida pode levar à subestimação de riscos, à tomada de decisões imprudentes e até à superexposição a investimentos arriscados.

Este viés decorre da crença dos indivíduos de que a informação em seu poder é suficiente para o processo decisório, que são mais capazes de controlar os seus eventos do que são na realidade, ou ainda que tenham uma capacidade maior do que os demais agentes do mercado (CVM, 2015).

Nesse cenário, a racionalidade humana tornou-se um tema central nos debates sobre o comportamento decisório, dada sua influência direta na forma como os indivíduos processam informações e fazem julgamentos. Já na década de 1950, Simon (1956) introduziu o conceito de racionalidade limitada, confrontando os pressupostos da teoria financeira neoclássica, que assume que os indivíduos são plenamente racionais, tomam decisões sempre otimizadas e buscam maximizar a utilidade esperada. Embora a autoconfiança possa, em certos contextos, estar associada a comportamentos proativos, a literatura demonstra que seu excesso tende a gerar decisões desequilibradas e prejuízos financeiros relevantes (Kahneman, 2011).

Durante décadas, a compreensão das decisões de investimento esteve fortemente ancorada nas premissas da teoria tradicional, baseada na hipótese de mercados eficientes e na racionalidade dos agentes econômicos (Kumar; Goyal, 2015). Contudo, essa visão ignora, em grande medida, os fatores psicológicos e emocionais que influenciam o comportamento dos investidores.

Como contraponto a esse modelo racionalista, Kahneman e Tversky (1979) propuseram a Teoria do Prospecto, que revelou distorções sistemáticas na forma como os indivíduos lidam com decisões em ambientes de risco. Essa abordagem mostrou que os agentes econômicos frequentemente se afastam dos padrões ideais de racionalidade, sendo influenciados por julgamentos subjetivos e percepções enviesadas, o que marcou o surgimento da finança comportamental como campo de estudo autônomo (Costa; Carvalho; Moreira, 2019).

Sob essa nova ótica, os investidores passaram a ser compreendidos como sujeitos suscetíveis a heurísticas e vieses cognitivos, que, frequentemente, resultam em decisões

inconsistentes, sem base probabilística sólida e marcada por desvios sistemáticos de julgamento (Kahneman; Slovic; Tversky, 1982). Desse modo, os estudiosos das finanças comportamentais sustentam que os aspectos emocionais e cognitivos são centrais para a análise econômica contemporânea, ao representarem elementos estruturantes da realidade decisória.

Diante do exposto, o excesso de confiança se configura como um dos vieses mais influentes no comportamento financeiro individual, pois compromete a avaliação objetiva de riscos e obscurece a percepção dos próprios limites cognitivos. Ainda que o conhecimento financeiro favoreça decisões mais fundamentadas, esse viés pode mitigar os seus efeitos positivos, ao levar indivíduos a confiar excessivamente em suas capacidades e a desconsiderar os riscos associados a suas escolhas.

Assim, torna-se relevante analisar o excesso de confiança como um possível mediador entre a alfabetização financeira e o bem-estar percebido, uma vez que sua presença pode distorcer a racionalidade esperada, mesmo entre sujeitos com maior nível de instrução financeira. A seguir é abordado o segundo viés cognitivo objeto de estudo desta pesquisa.

2.4.2 Aversão à perda (*loss aversion*)

Em continuidade, discute-se o viés de aversão à perda. Este constitui um dos vieses cognitivos mais recorrentes na literatura das finanças comportamentais, sendo inicialmente descrito por Kahneman e Tversky (1979) como a tendência dos indivíduos a reagirem de forma mais intensa às perdas do que a ganhos de mesma magnitude. Na Teoria da Perspectiva, esse fenômeno é representado graficamente por uma curva de valor assimétrica, convexa no domínio das perdas e côncava no dos ganhos.

Tal assimetria indica que as perdas provocam um impacto emocional até 2,5 vezes mais forte do que os ganhos equivalentes, contribuindo para decisões excessivamente conservadoras mesmo diante de oportunidades racionais.

Estudos mais recentes têm aprofundado esse fenômeno em múltiplos contextos. Liu *et al.* (2023) revisaram empiricamente a literatura sobre o tema e concluíram que as reações negativas associadas à perda estão frequentemente relacionadas a mecanismos emocionais de autoproteção, o que pode levar à adoção de estratégias defensivas mesmo quando financeiramente desvantajosas.

De modo complementar, Marcu, Rad e Rad (2024) exploraram marcadores comportamentais da aversão à perda e destacaram que o viés pode ser tanto um resultado de

predisposições evolutivas quanto um efeito das avaliações cognitivas distorcidas em contextos de risco, afetando decisões de consumo, investimentos e políticas públicas. Lin (2024) reforça que, mesmo diante de alternativas objetivamente mais vantajosas, indivíduos tendem a evitar decisões que envolvam qualquer possibilidade de perda percebida, mantendo padrões de comportamento conservador, mesmo que economicamente subótimos.

Nesse sentido, a abrangência da aversão à perda transcende o âmbito puramente financeiro, manifestando-se em diversas esferas da tomada de decisão. O estudo de Homar (2023) investigou um exame dos efeitos da aversão às perdas em decisões pró-ambientais, ilustrando de forma contundente a universalidade desse viés. O mesmo autor demonstrou que a percepção de perdas, sejam elas custos financeiros ou a renúncia a hábitos estabelecidos, age como um potente inibidor para a adoção de comportamentos desejáveis, mesmo que benéficos em longo prazo.

Essa evidência corrobora a compreensão de que a aversão à perda é um mecanismo cognitivo fundamental e transversal, cuja influência não se restringe às escolhas econômicas diretas, mas abrange um leque de comportamentos que, em última instância, impactam a gestão de recursos e a construção do bem-estar individual, incluindo o financeiro.

Tais demonstrações fortalecem o entendimento de que a aversão à perda não é apenas uma reação isolada a perdas financeiras, mas um componente estrutural da tomada de decisão, com alto potencial de interferência na aplicação prática do conhecimento financeiro. Assim, a sua inclusão neste estudo se justifica pela capacidade de modular a relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro, podendo inclusive neutralizar os efeitos positivos do conhecimento sobre a gestão econômica pessoal.

No contexto brasileiro, a escala foi adaptada e validada por Silva (2022), que assegurou sua adequação psicométrica e cultural para uso em amostras nacionais. Considerando sua consistência teórica e metodológica, bem como sua viabilidade operacional, a utilização dessa medida mostra-se especialmente pertinente. Além de permitir a avaliação precisa do nível de aversão à perda dos participantes, a escala é essencial para a análise proposta neste estudo, que investiga a influência mediadora desses vieses na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro. A seguir apresenta-se a síntese teórica e o desenvolvimento das hipóteses, suposições provisórias ou explicações fundamentadas para serem testadas, comprovadas ou refutadas.

2.5 Síntese Teórica e Formulação das Hipóteses

A partir da revisão da literatura apresentada, as relações entre os construtos foram sistematizadas com o objetivo de testar o mecanismo de formação do bem-estar financeiro sob a influência de vieses cognitivos.

A literatura clássica e contemporânea sustenta que a alfabetização financeira — composta por conhecimento, atitude e comportamento — é o principal preditor da qualidade de vida econômica (Lusardi; Mitchell, 2014; OCDE, 2024). No entanto, a teoria das finanças comportamentais sugere que essa relação não é estritamente racional, sendo modulada por mecanismos psicológicos (Kahneman, 2011). Diante desse cenário, formulou-se a Hipótese 1 (H1): A alfabetização financeira influencia positivamente o bem-estar financeiro.

A influência mediadora dos vieses cognitivos é fundamentada na premissa de que o estoque de conhecimento pode gerar uma percepção distorcida de competência. O excesso de confiança atua como uma "lente" que filtra o comportamento prático, podendo transformar o conhecimento real em uma percepção elevada (Silva, 2022). Assim, estabeleceu-se a Hipótese 2 (H2): O viés de excesso de confiança atua como mediador na relação entre a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro.

Por fim, a aversão à perda, pilar da Teoria da Perspectiva (Kahneman; Tversky, 1979), descreve a assimetria emocional entre ganhos e prejuízos, o que pode paralisar decisões vantajosas e reduzir o controle financeiro percebido. Com base nisso, propõe-se a Hipótese 3 (H3): A aversão à perda atua como mediadora na relação entre a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro.

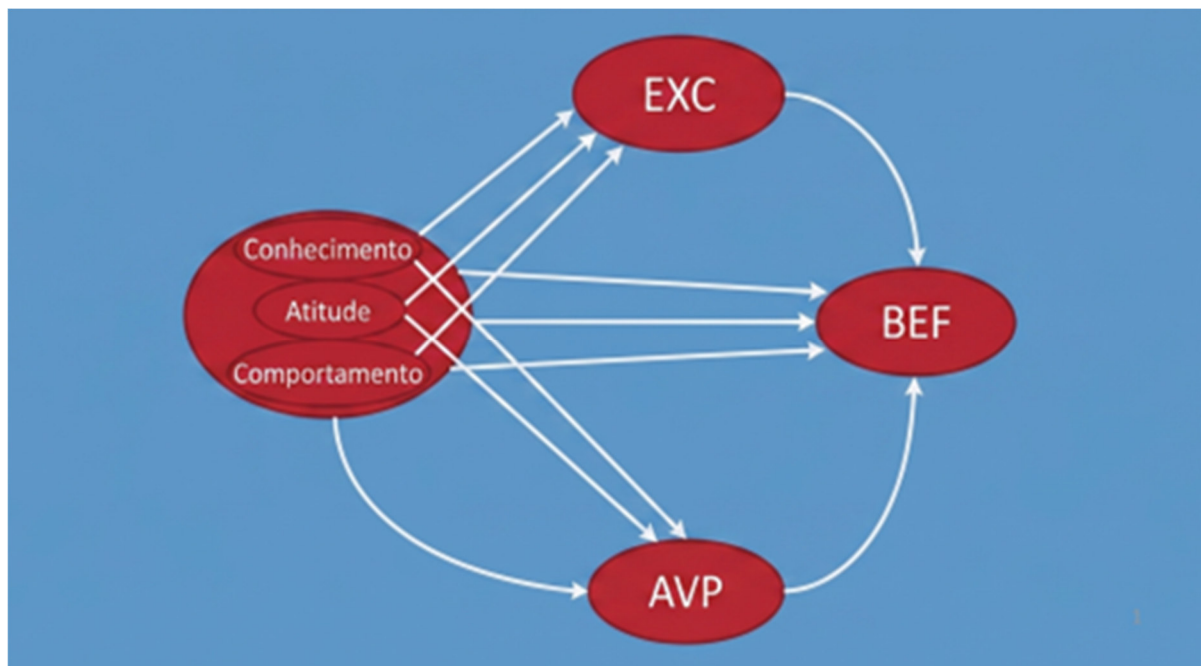
Dessa forma, a construção das hipóteses sustenta a necessidade de uma análise que integre a racionalidade técnica à subjetividade cognitiva. Para operacionalizar a investigação dessas relações e facilitar a compreensão da arquitetura decisória investigada, os caminhos de influência direta e indireta foram consolidados em uma estrutura visual única. Assim, o tópico a seguir apresenta o modelo conceitual proposto, que materializa as hipóteses formuladas e orienta a execução metodológica deste estudo.

2.6 Modelo conceitual proposto

Com base nas articulações teóricas e nas hipóteses formuladas, este estudo propõe um modelo estrutural que integra a alfabetização financeira, os vieses cognitivos e o bem-estar financeiro. O modelo adota a alfabetização financeira como variável independente multidimensional (conhecimento, atitude e comportamento), partindo do pressuposto de que o domínio desses elementos é central para decisões econômicas sustentáveis (Huston, 2010; OCDE, 2024).

O diferencial deste modelo, conforme ilustrado na Figura 3, reside na inclusão das variáveis mediadoras: Excesso de Confiança (EXC) e Aversão à Perda (AVP). Esta proposta reconhece que o comportamento humano é processado por mecanismos psicológicos que podem potencializar ou distorcer o impacto do conhecimento sobre o bem-estar financeiro (BEF) percebido (Kahneman, 2011; Silva, 2022; OCDE, 2018). Figura 3 exhibe o modelo conceitual adotado na presente pesquisa.

Figura 3 – Modelo conceitual da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

As interações propostas no modelo buscam capturar a complexidade da tomada de decisão financeira. A relação direta entre a Alfabetização Financeira e o Bem-Estar Financeiro fundamenta-se na premissa de que o domínio técnico sobre as finanças promove maior

segurança e percepção de controle sobre a vida econômica (Lusardi; Mitchell, 2014; Brüggen *et. al.*, 2017). No entanto, o modelo pressupõe que essa influência é mediada por processos cognitivos subjetivos (Fernandes; Lynch; Netemeyer, 2014; Kahneman, 2011).

Nesse sentido, projeta-se que a Alfabetização Financeira impacte o Excesso de Confiança, uma vez que indivíduos com maior letramento tendem a desenvolver uma autoconfiança elevada em suas habilidades decisórias (Bandura, 1977; Kasim et al., 2022). Simultaneamente, espera-se que a Alfabetização Financeira atue sobre a Aversão à Perda, mitigando o medo irracional de prejuízos e reduzindo comportamentos excessivamente conservadores (Kahneman; Tversky, 1979; Lin, 2024).

Por fim, o modelo examina como esses mediadores repercutem no desfecho final: níveis mais altos de excesso de confiança podem elevar a percepção positiva de bem-estar (Silva, 2022), ao passo que a aversão à perda pode atuar como um detrator, limitando decisões potencialmente vantajosas para a estabilidade de longo prazo dos servidores (Kahneman, 2011; OCDE, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados com a finalidade de responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos propostos. Para tanto, são detalhados o delineamento da pesquisa, a descrição das escalas utilizadas para mensurar os construtos estudados, a população e amostra, os métodos de coleta de dados, a modelagem de equações estruturais, a análise de mediação, bem como os aspectos éticos que nortearam a execução desta pesquisa.

3.1 Delineamento da pesquisa

A presente pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, descritiva e explicativa quanto aos objetivos propostos, alinhada ao método dedutivo, uma vez que foi utilizada parte de um modelo teórico previamente estabelecido, com base na literatura especializada, a fim de testar hipóteses mediante dados empíricos. A abordagem quantitativa permitiu a mensuração objetiva das variáveis e a generalização dos resultados para a população-alvo, sendo compatível com o paradigma pós-positivista, que reconhece a existência de uma realidade observável, embora interpretada sob os pressupostos teóricos. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, uma vez que busca oferecer soluções para problemas específicos por meio da produção de conhecimento com potencial de utilização prática (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010).

A investigação foi classificada como descritiva, por caracterizar os níveis de alfabetização financeira, os vieses comportamentais e o bem-estar financeiro dos participantes, e explicativa, pois objetiva compreender as relações causais entre os construtos (Gil, 2008). Tal abordagem fundamenta-se na premissa de analisar os efeitos indiretos mediados pelos vieses de excesso de confiança e aversão à perda, conforme proposto no modelo de Silva (2022).

Para operacionalizar a avaliação desse viés e investigar sua influência mediadora na prática, este estudo adotou a escala unidimensional de aversão à perda desenvolvida por Li *et al.*, (2021). Composta por sete itens, essa medida foi concebida para superar as limitações inerentes aos experimentos comportamentais tradicionais, que, embora robustos em sua base teórica, frequentemente se mostram complexos, demandam tempo excessivo e são de difícil aplicação em larga escala, especialmente em pesquisas com grandes amostras.

Quanto ao procedimento estratégico para coleta de dados, utilizou-se um método de pesquisa do tipo *survey* transversal, realizado em um único momento, por meio de questionário estruturado, aplicado com os servidores técnicos administrativos e docentes lotados no Instituto

Federal da Bahia (IFBA). As escalas utilizadas foram previamente validadas por Silva (2022), assegurando validade de conteúdo e confiabilidade dos instrumentos. O Quadro 1 a seguir sintetiza os construtos deste estudo, suas respectivas descrições conceituais, variáveis operacionais e as escalas de mensuração utilizadas.

Quadro 1 – Construtos e variáveis operacionais da pesquisa

Construto	Descrição Conceitual	Variáveis de Mensuração	Escala de mensuração
Alfabetização financeira – Variável Independente	Capacidade de gerenciar o conhecimento, comportamento e atitudes frente a recursos financeiros de forma eficaz ao longo da vida (OCDE, 2024; 2023 e Huston, 2010).	Índice composto que integra: - Conhecimento financeiro: escore de acertos em teste de conceitos financeiros básicos.	A escala de alfabetização financeira foi validada para o contexto brasileiro por Potrich, Vieira e Kirch (2015) e reafirmada em estudos subsequentes por Vieira <i>et al.</i> (2021), baseando-se na estrutura tridimensional recomendada pela OCDE.
Excesso de confiança - Variável Mediadora	Tendência de superestimar a própria capacidade de tomada de decisão financeira (Kahneman 2011).	Índice baseado em respostas a itens de autopercepção de habilidade financeira.	Escala de excesso de confiança foi criada e validada por Silva (2022).
Aversão à perda - Variável Mediadora	Tendência a evitar riscos devido ao medo de perdas financeiras, mesmo quando as chances de ganho são maiores (Kahneman; Tversky, 1979).	Índice obtido por meio de itens que medem reações emocionais frente a situações de perda.	Desenvolvida por Li <i>et al.</i> (2021) e validada por Silva (2022), com amostra brasileira.
Bem-estar financeiro - Variável Dependente	Percepção de ser capaz de sustentar o padrão de vida desejado atual e futuro, com liberdade financeira (Brüggen <i>et al.</i> , 2017).	Escore geral obtido por meio de uma escala de bem-estar financeiro subjetivo.	Escala de bem-estar financeiro desenvolvida pelo <i>Consumer financial Protection Bureau</i> (CFPB, 2017) dos Estados Unidos.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O Quadro 1 apresenta os construtos centrais da pesquisa e suas respectivas formas de operacionalização. Os utilizados, a exemplo de alfabetização financeira, excesso de confiança, aversão à perda e bem-estar financeiro, foram definidos com base em literatura consolidada e associados a escalas previamente validadas em contextos nacionais e internacionais. Essa sistematização assegura que os referenciais teóricos tenham sido traduzidos em indicadores mensuráveis, permitindo a coleta de dados de forma rigorosa e comparável. A seguir é apresentada a população e a amostra deste estudo.

3.2 População e Amostra

A investigação foi conduzida no Instituto Federal da Bahia (IFBA), instituição multicampi que conta com 2.775 servidores efetivos (docentes e técnicos-administrativos). A população-alvo compreendeu o censo integral desses servidores. Como critérios de inclusão, definiram-se: ser servidor ativo e efetivo e consentir voluntariamente com a pesquisa. Foram excluídos funcionários temporários, inativos, estagiários e prestadores de serviço terceirizados.

A coleta de dados ocorreu entre 11 de novembro e 15 de dezembro de 2025, via *survey* eletrônica (Google Forms), disseminada por e-mails institucionais e grupos de mensagens oficiais. O instrumento, baseado em escalas psicométricas validadas para o contexto brasileiro, mensurou os construtos: alfabetização financeira, bem-estar financeiro e os vieses de excesso de confiança e aversão à perda. Segundo Dillman, Smyth e Christian (2014), a coleta via web é eficiente por reduzir erros de transcrição e permitir o alcance de populações geograficamente dispersas a baixo custo.

Adotou-se a amostragem não probabilística por conveniência. Embora limite a generalização estatística estrita, essa técnica é amplamente aceita em finanças comportamentais quando o quantitativo é robusto para o tratamento pretendido. Dos 376 respondentes iniciais, a amostra final consolidou-se em 331 observações válidas após a limpeza de dados e tratamento de *missing values*. Esse quantitativo supera o limite mínimo de 200 casos sugerido por Kline (2015) e atende à proporção de 10 a 20 observações para cada parâmetro estimado (Hair *et al.*, 2019). Tais parâmetros garantem a estabilidade das estimativas e o poder estatístico necessário para a validação das hipóteses por meio da Modelagem de Equações Estruturais (MEE), técnica detalhada na seção seguinte.

3.3 Modelagem de Equações Estruturais (MEE)

A técnica estatística adotada nesta pesquisa foi a Modelagem de Equações Estruturais (MEE), escolhida por sua robustez e capacidade de avaliar simultaneamente múltiplos vínculos de dependência. O uso da MEE justifica-se pelas vantagens inerentes à investigação de relações complexas entre construtos latentes — como alfabetização financeira, bem-estar financeiro e os vieses cognitivos de excesso de confiança e aversão à perda. Segundo Hair *et al.* (2019), essa abordagem multivariada é ideal para estimar tais relações ao integrar modelos de regressão e análise fatorial em uma única estrutura analítica.

Diferente de métodos estatísticos tradicionais, a MEE é particularmente indicada para este estudo por permitir o tratamento de fenômenos não observáveis diretamente, inferidos a

partir de múltiplos indicadores (variáveis latentes), o que possibilita isolar o erro de mensuração e testar a adequação do modelo teórico à realidade empírica (Hair *et al.*, 2019). Com a finalidade de investigar o processo de mediação proposto, empregou-se a abordagem de Hayes (2013), utilizando a técnica de *bootstrapping* para avaliar a significância dos efeitos indiretos, garantindo estimativas mais robustas e confiáveis (Preacher; Hayes, 2008).

De forma operacional, a aplicação da MEE neste trabalho compõe-se de dois estágios fundamentais:

- **Modelo de mensuração:** especifica como os construtos latentes são operacionalizados por meio das variáveis observáveis, avaliando a validade e a confiabilidade das escalas utilizadas.
- **Modelo estrutural:** representa as relações causais hipotetizadas entre os construtos, permitindo o teste das mediações e dos efeitos diretos e indiretos.

Para assegurar a validade dos resultados, a análise seguiu rigorosos critérios de qualidade. A avaliação das medidas envolveu a validade convergente, verificada pela Variância Média Extraída ($AVE > 0,50$); a validade discriminante, atestada quando a raiz quadrada da AVE supera as correlações entre construtos (Fornell; Larcker, 1981); e a confiabilidade composta ($CR > 0,70$), para garantir a consistência interna (Hair *et al.*, 2019).

Por fim, a adequação do modelo teórico aos dados foi verificada pelos índices de ajuste global, seguindo os parâmetros de referência da literatura: Qui-quadrado (χ^2) e sua razão pelos graus de liberdade ($\chi^2/gl < 3,0$); CFI e TLI (valores $> 0,90$ ou $0,95$); além dos índices de erro RMSEA ($< 0,08$) e SRMR ($< 0,08$).

3.3.1 Análise de mediação

A análise de mediação, foco desta pesquisa, foi utilizada para investigar a influência dos vieses cognitivos (excessos de confiança e aversão à perda) como variáveis mediadoras na relação entre a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro. Essa técnica estatística buscou responder como ou por que uma variável afeta a outra, usando uma terceira variável (o mediador) conforme preconizado por Baron e Kenny (1986) e expandido por Preacher e Hayes (2008).

Neste modelo, a alfabetização financeira é a variável independente (VI), constituída pelo conhecimento, atitude e comportamento. O bem-estar financeiro é a variável dependente (VD), e os vieses cognitivos atuam como mediadores (M). Essa abordagem permitiu verificar como a

alfabetização financeira influencia o bem-estar financeiro de forma direta e, principalmente, de forma indireta. Segundo Zhao, Lynch e Chen (2010), a identificação desses efeitos indiretos é crucial para compreender a eficácia de intervenções educativas, uma vez que o impacto do conhecimento é frequentemente processado por variáveis comportamentais.

Para garantir a robustez das inferências, é fundamental que os instrumentos de coleta de dados representem de maneira fidedigna os construtos propostos. Conforme Hair *et al.* (2019), a qualidade dos construtos em modelos de equações estruturais será rigorosamente avaliada quanto à validade convergente, validade discriminante e confiabilidade composta. A seguir, são apresentados os aspectos éticos que nortearam a execução desta pesquisa.

3.3.2 Aspectos éticos e financiamento da pesquisa

A pesquisa foi pautada pelas Resoluções CNS nº 466/2012 e CNS nº 510/2016, sob o Parecer número 7.897.576 (CAAE: 91883725.8.0000.5031). O protocolo ético garantiu autonomia aos respondentes: direito de desistência a qualquer momento sem penalidades.

Não Maleficência: Classificação de risco mínimo, com garantia de anonimato absoluto e canais de suporte psicológico (COPSI/IFBA e CVV).

- Beneficência: Estímulo ao autoconhecimento financeiro e compromisso de devolutiva social através de repositórios institucionais.
- Justiça: Tratamento equânime dos dados e apresentação de resultados de forma agregada.
- Benefícios: O principal benefício direto é o estímulo à sua reflexão e autoconhecimento sobre a interferência de vieses cognitivos comportamentais nas tomadas de decisões.
- Anonimato e Sigilo foram garantidos. Nenhuma informação de identificação pessoal (nome, matrícula, IP) foi coletada.

O projeto foi executado de forma gratuita e sem ônus financeiros para os participantes, contando com o suporte de infraestrutura e orientação do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). O TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido) completo encontra-se no apêndice desta pesquisa. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos, acompanhados das análises estatísticas e discussões que fundamentam os achados deste estudo.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo dedica-se à exposição e interpretação dos resultados alcançados nesta pesquisa. A trajetória analítica inicia-se com a caracterização da amostra, seguida pela etapa de validação do modelo de mensuração por meio de Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC). Posteriormente, apresentam-se as análises das relações estruturais, englobando tanto os efeitos diretos entre os construtos quanto os processos de mediação exercidos pelos vieses cognitivos, excesso de confiança e aversão à perda. Por fim, procede-se ao teste das hipóteses fundamentais e à discussão integrada dos achados frente à literatura correlata.

4.1 Caracterização da Amostra

Após o tratamento dos dados, a amostra final consolidou-se em 331 observações válidas. A análise descritiva revelou nuances importantes sobre o perfil financeiro e psicológico dos servidores do IFBA. Nas dimensões que compõem a alfabetização financeira, observou-se que os servidores demonstraram um elevado nível de Conhecimento Financeiro, com média de 6,12 acertos em 7 itens.

De forma coerente, a Atitude Financeira apresentou média de 2,3 (em um intervalo de 2,10 a 2,56), indicando baixa concordância com afirmações voltadas ao consumo imediato e ao presentismo. Esse resultado sugere que, em geral, os servidores não se identificam com posturas que privilegiam o gasto em detrimento da poupança, revelando uma orientação cautelosa no manejo dos recursos.

Por outro lado, o Comportamento Financeiro apresentou-se robusto, com destaque para o pagamento de contas em dia (4,68) e a consideração cuidadosa antes de comprar (4,32). Quanto ao viés cognitivo de Excesso de Confiança, os dados indicam uma percepção de competência elevada, com médias variando de 2,76 a 3,63. Os servidores sentem-se mais conhecedores que seus familiares (3,63) e confiam que seu saber auxilia nas decisões (3,63). Entretanto, mostram-se mais cautelosos ao avaliar seu desempenho em investimentos (2,76), evidenciando que a autoconfiança, embora alta, possui limites em áreas de maior risco percebido.

Já a Aversão à Perda apresentou-se de forma equilibrada e constante, com médias entre 3,11 e 3,48. Os resultados sugerem uma amostra sensível ao risco, na qual o nervosismo diante de possíveis perdas (3,49) e a reflexão intensa sobre prejuízos (3,48) superaram a empolgação com ganhos equivalentes, conforme preconiza a Teoria da Perspectiva.

No desfecho do Bem-Estar Financeiro, a pontuação média foi de 55,56 (mediana = 56,0), o que indica um nível moderado de satisfação financeira. O intervalo amplo (25 a 95 pontos) reforça a tese de que, mesmo em um grupo com estabilidade funcional e alta escolaridade, a percepção de segurança econômica é heterogênea e influenciada por fatores subjetivos. A Tabela 1 exibe as características dos respondentes desta pesquisa.

Tabela 1 – Caracterização do perfil sociodemográfico dos participantes.

Variável	Categoria	N	%
Categoria funcional	Docentes	190	57,4
	TAEs	141	42,6
Tempo de serviço	Até 5 anos	67	20,2
	5 a 10 anos	76	23
	11 a 15 anos	101	30,5
	Acima de 15 anos	87	26,3
Gênero	Masculino	177	53,5
	Feminino	153	46,2
	Outras	1	0,3
Estado civil	Casado/União estável	215	64,9
	Solteiro	84	25,4
	Separado	3	0,9
	Viúvo	4	1,2
Escolaridade	Ensino médio completo	2	0,6
	Graduação completa	5	1,5
	Especialização em andamento	1	0,3
	Especialização completa	62	18,7
	Mestrado em andamento	39	11,8
	Mestrado completo	111	33,5
	Doutorado em andamento	35	10,6
	Doutorado completo	76	23

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Conforme os dados demonstrados na Tabela 1 no que tange à categoria funcional, a amostra apresentou uma distribuição representativa do quadro institucional, sendo composta

por 190 docentes (57,4%) e 141 servidores técnico-administrativos (42,6%). Essa composição reflete a natureza da instituição e garante que ambas as carreiras estejam devidamente representadas nos testes de hipóteses sobre o comportamento financeiro.

No que diz respeito ao tempo de serviço, nota-se uma predominância de servidores em estágios iniciais e intermediários de carreira. A maior concentração ocorre no intervalo de 11 a 15 anos de vínculo (30,5%), seguida pelos grupos com 5 a 10 anos (23,0%) e até 5 anos de exercício (20,2%). Somados, aproximadamente 73,7% da amostra possui até 15 anos de serviço efetivo, perfil associado pela literatura à fase de consolidação patrimonial (Modigliani, 1966) e de maior exposição ao uso de crédito consignado devido à estabilidade da renda (Friedman, 1957).

Quanto à distribuição de gênero revelou-se equilibrada, com uma ligeira maioria de respondentes do gênero masculino (53,5%), seguidos pelo gênero feminino (46,2%), com apenas 0,3% de outras identidades. Essa paridade é essencial para evitar vieses de gênero nas análises de alfabetização financeira, dado que o sexo biológico é frequentemente apontado como um determinante demográfico do conhecimento financeiro.

Em relação ao estado civil, há uma preponderância notável de indivíduos em relacionamentos estáveis. O grupo de casados ou em união estável totaliza 215 participantes (64,9%), enquanto 84 são solteiros (25,4%). As categorias de separados (3) e viúvos (4) apresentam baixa frequência na amostra. A prevalência de núcleos familiares estáveis sugere que a percepção de bem-estar financeiro e a gestão de recursos podem estar associadas a decisões compartilhadas e responsabilidades familiares, influenciando o controle subjetivo sobre a vida econômica.

Destaca-se, ainda, que um dos traços mais distintivos da amostra é a sua acentuada qualificação acadêmica, compatível com a política de incentivo à titulação do IFBA. Observa-se uma forte concentração em níveis de pós-graduação *stricto sensu*, com 33,5% (111 participantes) detendo o título de mestre e 23,0% (76 participantes) o título de doutor.

Além disso, o processo de formação contínua é evidente: 11,8% (39 servidores) cursam mestrado e 10,6% (35 servidores) estão em doutoramento. No âmbito da pós-graduação *lato sensu*, 18,7% (62 participantes) possuem especialização completa, enquanto uma parcela reduzida de 0,3% (1 participante) declarou estar com a formação em andamento. Em contrapartida, as categorias correspondentes à graduação completa e ao ensino médio completo apresentaram frequências reduzidas, com 1,5% (5 participantes) e 0,6% (2 participantes), respectivamente.

Esse perfil educacional, caracterizado por elevada escolaridade formal, é condizente com as atribuições dos servidores docentes e técnicos administrativos de uma instituição federal de ensino, sendo esse um fator relevante para a interpretação dos resultados de alfabetização financeira, visto que a literatura relaciona níveis de escolaridade avançados a uma maior capacidade de processamento de informações complexas (Fernandes; Lynch Jr; Netemeyer, 2014).

Com a amostra devidamente caracterizada e os dados tratados, procede-se à avaliação do modelo de mensuração por meio da Análise Fatorial Confirmatória (AFC). Essa etapa teve como objetivo verificar se a estrutura fatorial teórica dos construtos — alfabetização financeira, vieses comportamentais e bem-estar financeiro — apresenta adequação empírica na amostra analisada, assegurando a validade das medidas antes da estimação do modelo estrutural e dos efeitos de mediação.

4.2 Resultado da Análise Fatorial Confirmatória (AFC)

A Análise Fatorial Confirmatória (AFC) foi conduzida com o objetivo de avaliar a adequação empírica do modelo de mensuração dos construtos investigados. A estrutura foi composta da seguinte forma: a Alfabetização Financeira foi medida pela escala validada para o contexto brasileiro por Vieira (2020); o Excesso de Confiança e a Aversão à Perda foram mensurados por escalas validadas no Brasil por Silva (2022) — sendo a primeira desenvolvida pela referida autora e a última originalmente desenvolvida por Li *et al.*, (2021); e o Bem-Estar Financeiro foi aferido pela escala do *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB, 2017).

Para a execução das análises, utilizou-se o software JASP (versão 0.95.4.0), adotando-se o método de estimação DWLS (*Diagonally Weighted Least Squares*). Este estimador — equivalente ao WLSMV (*Weighted Least Squares Mean and Variance adjusted*) — é a abordagem recomendada para o tratamento de dados categóricos e ordinais, como as escalas do tipo Likert. O uso do DWLS é fundamentado por Flora e Curran (2004), Brown (2015) e Li (2016) devido à sua robustez e eficiência frente a distribuições não normais, garantindo parâmetros mais precisos.

Os índices de ajuste utilizados para validar o modelo foram: a razão X^2/gl , o *Comparative Fit Index* (CFI), o *Tucker-Lewis Index* (TLI), o *Standardized Root Mean Residual* (SRMR) e o *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA). Conforme Brown (2015), valores de CFI e TLI devem ser superiores a 0,90 (preferencialmente > 0,95) e o RMSEA deve

situar-se abaixo de 0,08 (preferencialmente $< 0,06$). A Tabela 2 apresenta os Índices de Ajuste Global obtidos.

Tabela 2 – Índices de ajustes do modelo de mensuração (AFC)

Índice de Ajuste	Valor Obtido
Qui-quadrado (X^2)	875,532
Graus de liberdade	545
Razão x^2 /gl	1,60
Índice de ajuste comparativo (CFI)	0,960
Índice de Tucker-Lewis (TLI)	0,956
RMSEA	0,066
RMSEA limite inferior 90% IC	0,061
RMSEA superior 90% IC	0,071
p-valor do RMSEA	0,000
Raiz quadrada média padronizada (SRMR)	0,077

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

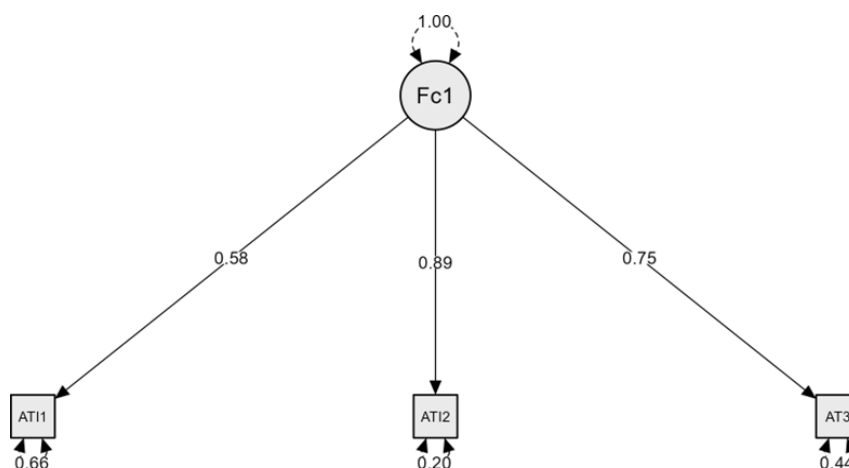
Nota: Os índices de ajuste baseiam-se na estatística de teste escalonada (*scaled test statistic*) com correção de Satorra-Bentler.

Conforme apresentado na Tabela 2, o modelo de mensuração exibiu indicadores de ajuste globais que atestam a robustez da estrutura fatorial proposta. A razão X^2 /gl apresentou o valor de 1,60, situando-se abaixo do limiar rigoroso de 2,0 sugerido por Tabachnick e Fidell (2019), o que indica um ótimo ajuste entre o modelo teórico e a matriz de dados observada. Embora o teste de Qui-quadrado tenha apresentado significância estatística ($X^2 = 875,532$; gl = 545; $p < 0,001$), tal desfecho é amplamente atribuído pela literatura à sensibilidade da estatística ao tamanho da amostra ($N = 331$), não comprometendo per se a validade da estrutura (Hair et al., 2019; Kline, 2016).

Por essa razão, a avaliação da adequação baseou-se nos índices de ajuste incremental e absoluto. Os índices CFI (0,960) e TLI (0,956) superaram o critério conservador de 0,95 (Hu e Bentler, 1999), evidenciando que o modelo de mensuração representa adequadamente as relações entre as variáveis latentes. No que tange aos índices de erro, o RMSEA de 0,066 (com intervalo de confiança de 90% entre 0,061 e 0,071) e o SRMR de 0,077 posicionaram-se abaixo do limite crítico de 0,08 proposto por Brown (2015). Esses resultados confirmam que as discrepâncias entre as correlações observadas e as estimadas são mínimas, validando a estrutura

dos construtos de Alfabetização Financeira, Vieses Cognitivos e Bem-Estar Financeiro. Na sequência, procede-se à análise da estrutura fatorial de cada construto. A Figura 4 ilustra a estrutura fatorial da Atitude Financeira, apresentando as cargas fatoriais padronizadas de cada indicador em relação à variável latente.

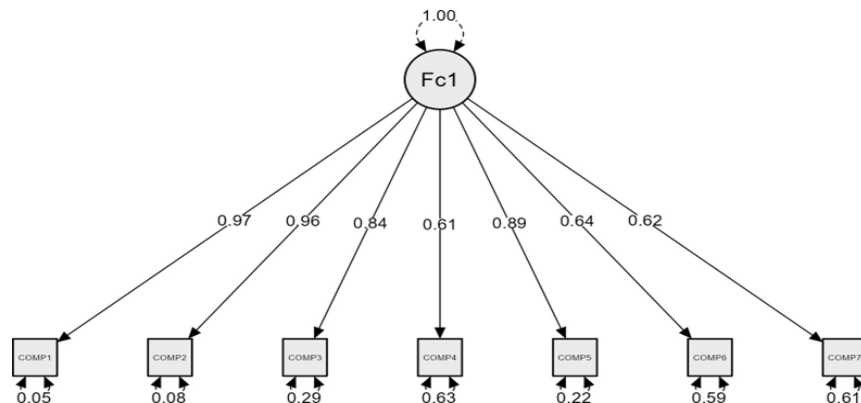
Figura 4 – Estrutura fatorial – Atitude financeira



Fonte: Elaboração própria com base no Jasp (2026)

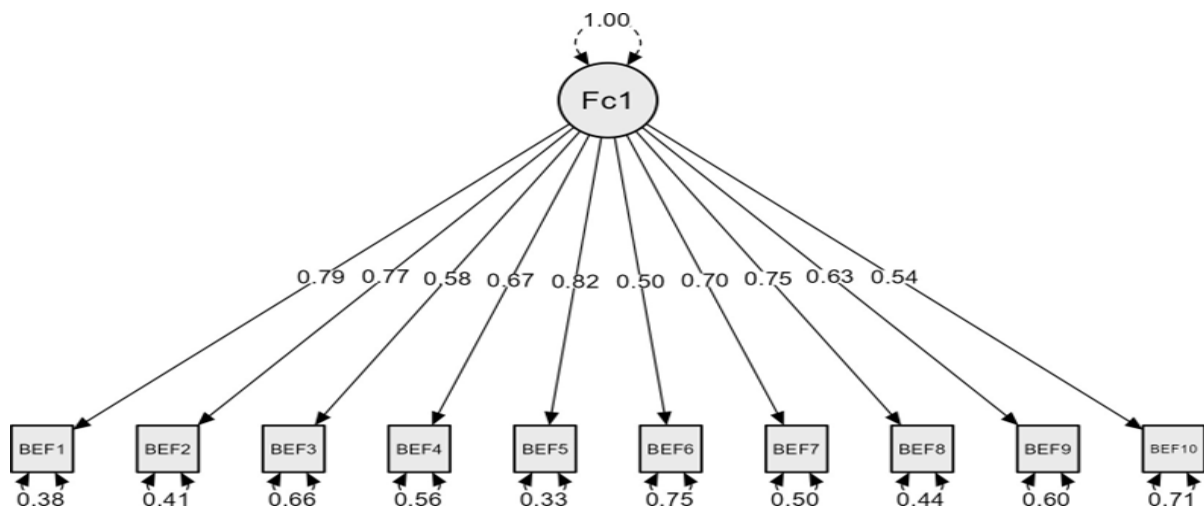
Observa-se que modelo de mensuração da Atitude Financeira evidencia indicadores com cargas fatoriais consistentes. Destaca-se o item ATI2, que apresenta a maior carga (0,89), o menor erro residual (0,20) e explica 79,2% ($R^2 = 0,792$) de sua variância individual. É seguido pelo item AT3 (0,75), que representa 56,25% de sua variância. Por outro lado, o item ATI1 (0,58) apresenta a menor carga fatorial e a maior variância residual do conjunto. Em termos globais, o indicador de validade convergente (VME) foi de 0,56; este resultado supera o limite de 0,50, indicando que o construto explica mais da metade da variação dos seus indicadores, conforme os critérios de Fornell e Larcker (1981).

Ressalta-se que a opção metodológica pela não inversão da codificação dos itens fundamentou-se na análise técnica via Modelagem de Equações Estruturais (MEE). A avaliação fatorial confirmatória indicou que os itens, em sua forma original, apresentaram cargas elevadas e positivas, denotando convergência robusta para o construto latente, conforme diretrizes de Hair Jr. *et al.* (2014). A Figura 5 apresenta a estrutura fatorial confirmatória do comportamento financeiro.

Figura 5 – Estrutura fatorial – Comportamento financeiro

Fonte: Elaboração própria com base no Jasp (2026)

Este modelo de mensuração do Comportamento Financeiro apresenta elevada consistência estatística ($CC = 0,92$), com indicadores exibindo cargas fatoriais que variam entre 0,61 e 0,97. Tais resultados superam amplamente os requisitos de validade convergente, com uma Variância Média Extraída (VME) de 0,64, ratificando a retenção dos itens conforme os critérios de Fornell e Larcker (1981), que sugerem valores acima de 0,50. Destaca-se o item COMP1 como o mais representativo do construto, com carga de 0,97 e erro residual de apenas 0,05. Indicadores desta magnitude demonstram confiabilidade extrema, capturando com precisão as ações práticas de gestão financeira e compartilhando quase a totalidade de sua variância com o constructo latente. A Figura 6 apresenta a estrutura fatorial confirmatória do bem-estar financeiro.

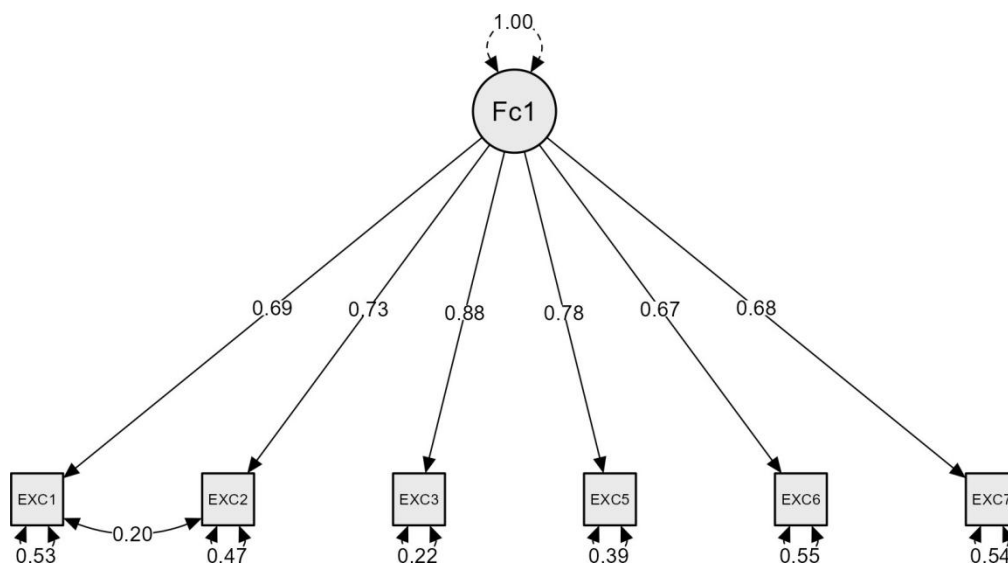
Figura 6 – Estrutura Fatorial – Bem-estar financeiro

Fonte: Elaboração própria com base no Jasp (2026)

O modelo de mensuração do Bem-Estar Financeiro apresenta uma estrutura multidimensional robusta, composta por 10 indicadores que avaliam a segurança, a liberdade, a tranquilidade e a satisfação financeira dos servidores. Estatisticamente, o constructo exibiu indicadores de ajuste satisfatórios, com um CFI de 0,985 e TLI de 0,984, confirmando que a escala adere adequadamente aos dados empíricos da amostra (Kline, 2015). As cargas fatoriais variaram entre 0,50 e 0,82, demonstrando uma associação consistente entre os itens e a variável latente, com destaque para o item BEF5REVERSO (0,82), que se consolidou como o indicador mais representativo da escala.

Do ponto de vista metodológico, a escala de bem-estar financeiro integra itens reversos (BEF3, BEF5, BEF6, BEF7, BEF9 e BEF10), técnica utilizada para mitigar o viés de aquiescência e assegurar que o respondente mantenha o foco no conteúdo das afirmações (PASQUALI, 2010). Para a análise, procedeu-se à recodificação desses itens, garantindo que valores elevados reflitam consistentemente uma maior intensidade do construto Hair *et al.*, (2019), técnica fundamental para a manutenção da validade de face e de conteúdo do instrumento. A Figura 7 apresenta a estrutura fatorial unidimensional do excesso de confiança.

Figura 7 – Estrutura fatorial unidimensional do construto Excesso de confiança

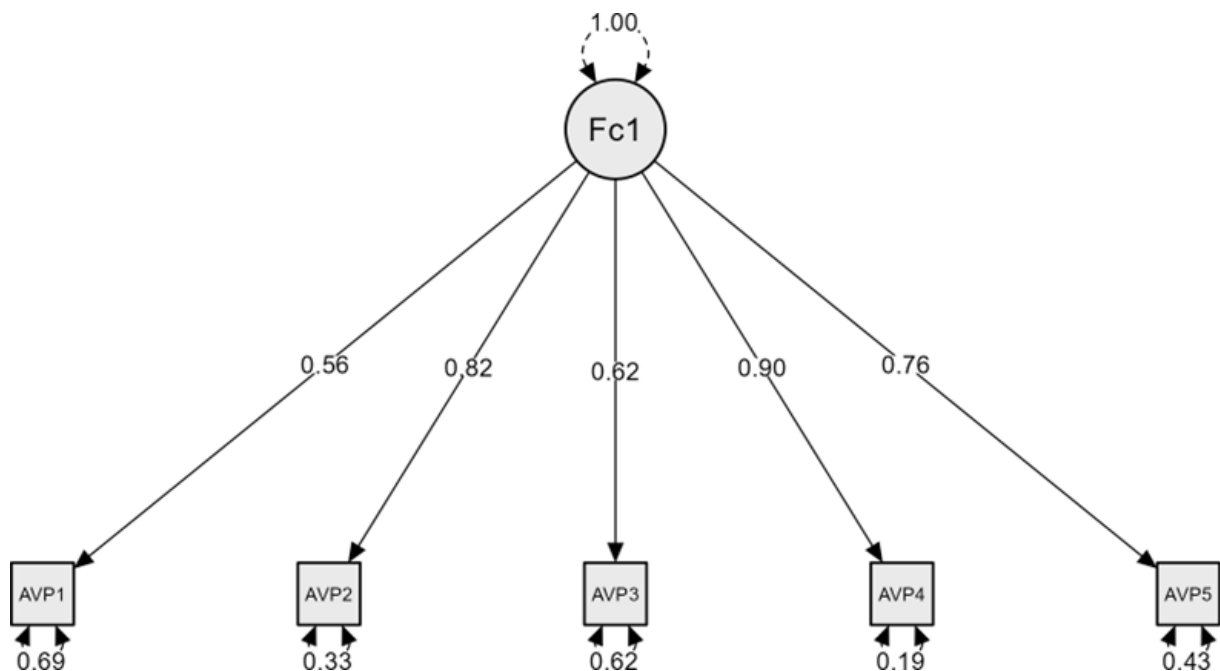


Fonte: Elaboração própria com base no Jasp (2026)

O modelo de mensuração do Excesso de Confiança demonstra robustez estatística, com indicadores apresentando cargas fatoriais consistentes entre 0,67 e 0,88, o que confirma que a

escala captura com precisão a autopercepção de competência dos servidores (Hair *et al.*, 2019). Para a obtenção de um modelo de mensuração com índices de ajuste satisfatórios, procedeu-se ao refinamento da estrutura fatorial inicial. O item EXC4 foi excluído devido ao seu baixo aporte teórico-estatístico ao fator (baixas cargas fatoriais/elevados resíduos), o que prejudicava a parcimônia do modelo. Adicionalmente, foi especificada uma covariância entre os termos de erro dos itens EXC1 e EXC2 ($r = 0,20$). Essa decisão fundamentou-se em índices de modificação e na provável similaridade semântica entre os itens, permitindo que o modelo controle a variância compartilhada não explicada pelo fator latente e assegurando, assim, a validade estrutural do instrumento. Validade Convergente: O valor da AVE foi de 0,55. Como este fator está acima do ponto de corte de 0,50, podemos afirmar que ele possui validade convergente satisfatória. Isso significa que, no conjunto, os itens convergem para o mesmo construto teórico. A Figura 8 apresenta a estrutura fatorial unidimensional da aversão à perda.

Figura 8 - Estrutura fatorial unidimensional do construto Aversão à perda



Fonte: Elaboração própria com base no Jasp (2026)

O modelo de mensuração da Aversão à Perda apresenta robustez estatística após o refinamento da escala, que incluiu a exclusão do item AVP6. Tal procedimento foi adotado para otimizar o ajuste do modelo e elevar a fidedignidade do construto, seguindo a recomendação de eliminar indicadores com cargas baixas ou que prejudiquem a validade convergente (Hair *et*

al., 2019). Os indicadores mantidos exibem cargas fatoriais consistentes, destacando-se o item AVP4, que se consolidou como sendo o mais representativo da dimensão ao apresentar carga fatorial de 0,90 e menor carga residual de 0,19 e explicar 73,6% de sua variância individual ($R^2 = 0,736$). Valores de carga dessa magnitude são classificados como excelentes, indicando que o item partilha uma proporção substancial de variância com o construto (Hair *et al.*, 2019; Henseler *et al.*, 2009). A Tabela 3 consolida as cargas fatoriais (λ) e os indicadores de confiabilidade composta de todos os itens que compõem a estrutura fatorial confirmatória dos construtos:

Tabela 3 – Cargas fatoriais e indicadores de confiabilidade (fidedignidade)

Construto	Indicador	ITEM	Carga Fatorial	Confiabilidade composta
Excesso de Confiança	EXC 1	Tenho um maior conhecimento financeiro para tomar decisões sobre o uso do dinheiro do que minha família.	0,686	0,886
	EXC 2	Gerencio o dinheiro melhor do que meus amigos ou familiares.	0,725	
	EXC 3	Acredito que os conhecimentos financeiros que possuo me ajudam a tomar as melhores decisões.	0,881	
	EXC 5	Quando realizo investimentos, tenho um desempenho melhor do que a maioria das pessoas que conheço.	0,779	
	EXC6	Tenho boas expectativas quanto ao meu futuro financeiro.	0,675	
	EXC7	Quando se trata de assuntos financeiros prefiro, prefiro confiar nos meus conhecimentos e habilidades do que seguir a opinião de outras pessoas.	0,677	
Aversão à Perda	AVP1	Quando vou tomar uma decisão, penso muito mais sobre o que eu posso perder do que sobre o que eu posso ganhar.	0,559	0,856
	AVP2	A dor de perder uma quantia de dinheiro me importa mais do que o prazer de ganhar a mesma quantia de dinheiro.	0,819	
	AVP3	Me sinto nervoso(a) quando tenho que tomar uma decisão que pode gerar uma perda.	0,620	
	AVP4	A dor de perder algo me importa muito mais do que o prazer de ganhá-lo.	0,898	
	AVP5	Vivenciar uma grande perda permanece em minha mente por mais tempo do que vivenciar um grande ganho	0,758	
Atitude financeira	AT1	Eu costumo viver hoje e deixar o amanhã acontecer.	0,584	0,793

	AT2	Acho mais gratificante gastar dinheiro do que economizar para o futuro.	0,893	
	AT3	Dinheiro é feito para gastar.	0,751	
Comportamento Financeiro	COMP1	Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	0,974	0,926
	COMP2	Eu guardo parte da minha renda todo mês.	0,961	
	COMP3	Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros em longo prazo, como, por exemplo, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.	0,845	
	COMP4	Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.	0,609	
	COMP5	Nos últimos 12 meses, tenho conseguido poupar dinheiro.	0,885	
	COMP6	Antes de comprar algo, eu considero cuidadosamente se posso pagar.	0,643	
	COMP7	Eu pago minhas contas em dia.	0,625	
Bem-Estar Financeiro	BEF1	Você poderia lidar com uma grande despesa inesperada	0,785	0,905
	BEF2	Você está garantido seu futuro financeiro.	0,768	
	BEF3R	Por causa da sua situação financeira, você sente que nunca terá as coisas que quer na vida (Reverso)	0,581	
	BEF4	Aproveita a vida pela gestão do dinheiro	0,666	
	BEF5R	Apenas sobrevivendo (Reverso)	0,821	
	BEF6R	Preocupação com reservas (Reverso)	0,500	
	BEF7R	Dificuldade em dar presentes (Reverso)	0,705	
	BEF8	Sobra dinheiro no fim do mês	0,750	
	BEF9R	Deixando a desejar no cuidado (Reverso)	0,635	
	BEF10R	Finanças controlam a vida (Reverso)	0,543	

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Nesta Tabela 3 são reportadas as Cargas Fatoriais (λ), que indicam o grau de representatividade de cada pergunta para o seu respectivo fator e a confiabilidade composta como medida de fidedignidade, que é considerado um indicador de alta precisão e robustez, pois considera que os pesos dos itens são passíveis de variação. O ponto de corte considerado

para este indicador é de 0,60 conforme Bagozzi e Yi (1988). A Alfabetização Financeira integra o conhecimento, atitude e o comportamento saber técnico e a disposição psicológica do servidor. O item ATI2 destaca-se com a maior carga de 0,893, enquanto a atitude financeira (AT1) apresenta carga de 0,584, ambas com índice de fidedignidade de 0,793. Teoricamente, a validação da Atitude é essencial, pois reflete as crenças e valores que precedem o comportamento, determinando se o servidor utiliza seu conhecimento para o planejamento ou para o consumo imediato.

Observa-se que, no conjunto de itens do Comportamento Financeiro, o COMP1 (Controle de gastos) destaca-se com a maior carga fatorial (0,974), consolidando-se como o indicador mais expressivo da gestão prática de recursos e apresentando um elevado índice de fidedignidade (0,926), o que confirma a consistência interna e a precisão do conjunto de indicadores como um todo.

Além do mais, o constructo do Bem-Estar Financeiro: revela-se multidimensional e sensível, com cargas variando de 0,500 a 0,821, obtendo o segundo maior índice de confiabilidade 0,905 entre os construtos. Um procedimento metodológico importante que consta na tabela apresentada é a inclusão de itens reversos (identificados com "R"), que foram recodificados para garantir que valores maiores na escala reflitam efetivamente uma maior percepção de segurança e liberdade financeira. Os itens BEF8 (dinheiro sobra no mês) e BEF2 (futuro garantido) destacam-se como indicadores centrais da satisfação financeira.

Em relação ao construto de excesso de confiança, este demonstrou forte consistência, com cargas fatoriais variando entre 0,677 e 0,881. Destaca-se o item EXC3 ("Acredito que os conhecimentos financeiros que possuo me ajudam a tomar as melhores decisões"), que apresentou a maior carga fatorial (0,881); no conjunto de indicadores obteve um elevado índice de fidedignidade (0,886), confirmando a precisão da medição. Isso indica que o construto explica aproximadamente 77% de sua variância individual ($R^2 \approx 0,77$), apresentando o menor erro residual do modelo (0,22).

Essa alta comunalidade do item reforça sua validade convergente e sua capacidade de representar o núcleo do construto de confiança subjetiva nesta amostra (Hair *et al.*, 2019), reafirmando o que a pesquisa identifica como o "Viés do Especialista", em que a alta titulação acadêmica dos servidores transborda para uma autoconfiança de competência financeira, conforme discutido por Kasim *et al.*, (2022) e antecipado pelas premissas de Kahneman e Tversky (1979) e Thaler (1993).

No que se refere à aversão à perda, os indicadores apresentaram representatividade ainda mais pronunciada. O item AVP4 (“A dor de perder algo me importa muito mais do que o prazer de ganhá-lo”) destacou-se ao registrar a maior carga fatorial ($\lambda = 0,898$) e elevado índice de fidedignidade ($R^2 = 0,856$). Esse resultado converge com a Teoria Prospectiva de Kahneman e Tversky (1979) e com as evidências de Kahneman (2011), segundo as quais a sensibilidade à perda exerce influência desproporcional sobre a avaliação subjetiva de bem-estar.

Ademais, os resultados corroboram com os estudos de Brügger *et al.*, (2017) ao demonstrar que a aversão à perda atua como um fator sistemático de redução do bem-estar financeiro percebido, mantendo-se relevante mesmo entre indivíduos com elevados níveis de alfabetização financeira. Além disso, quanto à validação de fidedignidade e ajuste, todos os itens selecionados para a estrutura final apresentaram cargas fatoriais significativamente elevadas ($p < 0,001$), atendendo aos critérios de validade convergente estabelecidos na metodologia. A solidez desses indicadores individuais é o que garante a excelência dos índices de ajuste global do modelo, como o CFI de 0,985 e o TLI de 0,984, confirmando que a escala aplicada é altamente confiável para mensurar os vieses comportamentais no contexto do IFBA.

Portanto, a presente investigação logrou êxito ao preencher a lacuna teórica identificada por Silva (2022) ao testar empiricamente o mecanismo de mediação dos vieses cognitivos na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro. Com a validação do modelo de mensuração concluída e a fidedignidade dos indicadores assegurada, a etapa seguinte consistiu na estimação do modelo estrutural, no qual as hipóteses de caminhos diretos e indiretos foram testadas para responder ao problema de pesquisa. Esta transição permitiu evoluir da análise dos itens isolados para a compreensão de como as variáveis latentes interagem na arquitetura decisória dos servidores do IFBA.

Ressalta-se que, na Modelagem de Equações Estruturais, os índices de ajuste atuam como critérios que atestam a adequação do modelo de mensuração, garantindo que as relações entre variáveis observadas e construtos sejam consistentes. Assim, a confirmação de sua qualidade psicométrica fornece base suficiente para a investigação das relações estruturais e dos efeitos de mediação.

4.2.1 Análise do Modelo Estrutural

As análises foram conduzidas no software R Studio, por meio do pacote *lavaan*, utilizando-se o estimador de Máxima Verossimilhança (ML) sob o *framework* de Modelagem

de Equações Estruturais (MEE). A operacionalização das variáveis seguiu uma abordagem de escores compostos, obtidos pela agregação dos itens observáveis de cada construto. Essa estratégia visa garantir maior parcimônia e estabilidade aos parâmetros do modelo, permitindo uma mensuração multidimensional da variável independente.

A Alfabetização Financeira foi concebida como um construto multidimensional, operacionalizado a partir de três dimensões, a saber, conhecimento, atitude e comportamento financeiro — conforme diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2020). Optou-se pela modelagem individualizada dessas dimensões com o propósito de identificar os efeitos específicos de cada componente sobre os vieses cognitivos e o bem-estar financeiro. Essa decisão metodológica amplia a capacidade explicativa do modelo ao reconhecer que o domínio financeiro não se traduz de forma homogênea em resultados comportamentais e perceptivos.

A construção dos escores respeitou a natureza de cada dimensão. O Conhecimento Financeiro (ScoreCF) foi tratado como uma medida de desempenho objetivo, operacionalizada pela soma dos acertos em sete itens que avaliam conceitos fundamentais, como juros simples e compostos, inflação, investimento e risco. Por se tratar de um indicador de proficiência técnica, este foi representado por uma métrica única, distinguindo-se das escalas psicométricas de percepção e autorrelato. A Atitude Financeira foi mensurada por meio da média dos itens que capturam a orientação temporal dos indivíduos, refletindo sua propensão ao planejamento de longo prazo. Já o Comportamento Financeiro foi operacionalizado pela média das respostas relacionadas às práticas financeiras cotidianas, como controle de gastos, cumprimento de obrigações e formação de reservas.

Os construtos mediadores — excesso de confiança e aversão à perda — foram igualmente operacionalizados por escores médios, assegurando comparabilidade entre as variáveis. Ressalta-se que os itens com redação invertida foram previamente recodificados, garantindo a consistência interna das medidas.

O construto bem-estar financeiro, variável dependente do modelo, foi operacionalizado como uma medida multidimensional de natureza predominantemente subjetiva, refletindo a percepção do indivíduo acerca de sua condição financeira. Conforme definido por Brüggén *et al.* (2017) e adotado nesta pesquisa, o bem-estar financeiro envolve simultaneamente dimensões objetivas — como a capacidade de cumprir obrigações financeiras — e dimensões subjetivas, relacionadas à sensação de controle, segurança e liberdade econômica.

Nesse sentido, o bem-estar financeiro não foi tratado como um simples reflexo da renda ou do conhecimento técnico, mas como um construto complexo que incorpora percepções, emoções e comportamentos associados à gestão financeira. Sua operacionalização baseou-se na escala proposta pelo *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB, 2017), composta por itens que capturam aspectos como segurança financeira, tranquilidade, liberdade de escolha e satisfação com a vida financeira.

Essa abordagem está alinhada à perspectiva adotada na dissertação, segundo a qual o bem-estar financeiro resulta da interação entre fatores objetivos e subjetivos, sendo fortemente influenciado por elementos cognitivos e comportamentais (Brüggen *et al.*, 2017; Kahneman, 2011). Assim, reconhece-se que indivíduos com condições financeiras semelhantes podem apresentar níveis distintos de bem-estar em função de suas percepções, atitudes e vieses decisórios (Netemeyer *et al.*, 2018; Shim *et al.*, 2009).

Ademais, destaca-se que a verificação da normalidade dos dados foi realizada por meio do teste de Shapiro-Wilk. Constatou-se que apenas o construto Bem-Estar Financeiro apresentou distribuição normal, enquanto os demais construtos não seguiram a normalidade ($p < 0,05$). Considerando que o modelo de equações estruturais utilizado emprega estimadores robustos, tais desvios não comprometem a validade dos resultados, conforme recomendações metodológicas da literatura (Byrne, 2010; Kline, 2016).

Além disso, para assegurar a robustez das estimativas, especialmente nos efeitos indiretos, foi utilizado o procedimento de reamostragem Bootstrapping com 5.000 repetições, permitindo a obtenção de intervalos de confiança mais precisos para os efeitos de mediação. Antes da interpretação dos coeficientes estruturais, procedeu-se à avaliação da qualidade de ajuste do modelo, conforme recomenda a literatura em Modelagem de Equações Estruturais. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Índices de ajustes do modelo estrutural proposto

Índice de Ajuste	Valor Obtido	Critério de Referência
Qui-quadrado (X^2)	0,928	$< 3,0$ (ou $< 2,0$)
Grau de liberdade	1,000	
X^2/gl	0,008	
Índice de ajuste comparativo (CFI)	1,000	$> 0,90$
Índice de Tucker-Lewis (TLI)	1,000	$> 0,90$ a $0,95$
RMSEA	0,000	$< 0,06$ (ou $< 0,08$)

SRMR	0,002	< 0,08
------	-------	--------

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Nota: Os índices de ajuste baseiam-se na estatística de teste escalonada (*scaled test statistic*) com correção de Satorra-Bentler.

Os resultados evidenciam que o modelo estrutural apresentou ótimo índice de ajuste aos dados empíricos ($\chi^2 = 0,008$; gl = 1; p = 0,928), indicando ausência de diferença significativa entre a matriz observada e a estimada. A razão $\chi^2/\text{gl} = 0,008$ reforça esse resultado, enquanto os índices CFI e TLI atingiram valores máximos (1,000), sugerindo aderência praticamente perfeita do modelo. Ressalta-se, contudo, que o baixo grau de liberdade do modelo pode contribuir para a elevação desses indicadores, devendo sua interpretação ser realizada em conjunto com a coerência teórica e o poder explicativo do modelo.

Adicionalmente, os indicadores de erro de aproximação (RMSEA = 0,001; SRMR = 0,002) situam-se substancialmente abaixo dos limites críticos, reforçando a qualidade do ajuste global do modelo. Em convergência, esses resultados conferem elevada confiabilidade às estimativas dos parâmetros estruturais, legitimando a interpretação dos efeitos diretos e indiretos apresentados nas seções subsequentes.

No que se refere ao poder explicativo, o modelo apresentou um coeficiente de determinação substancial para o Bem-Estar Financeiro ($R^2 = 0,497$), indicando que aproximadamente 49,7% da variância do construto é explicada pelas variáveis incluídas no modelo. Esse achado reforça a relevância da abordagem adotada, evidenciando que o bem-estar financeiro dos servidores do IFBA é significativamente influenciado não apenas pela alfabetização financeira, mas também pelos mecanismos cognitivos que modulam a forma como esse conhecimento é percebido e aplicado. A seguir é apresentado resultado da análise direta entre os construtos.

4.2.2 Resultado da análise direta entre os construtos

A análise das trajetórias diretas e indiretas constitui o alicerce do modelo estrutural proposto, permitindo examinar, de forma objetiva, as relações entre os construtos investigados. Para além de um procedimento estatístico, essa etapa busca evidenciar empiricamente a articulação entre a teoria financeira e o comportamento observado nos servidores do IFBA.

A mensuração dessas relações é particularmente relevante, uma vez que a alfabetização financeira não se limita ao acúmulo de conhecimento técnico, mas envolve a integração entre conhecimento, atitude e comportamento, conforme proposto pela OCDE (2020); Lusardi e Mitchell (2014); Atkinson e Messy (2012). Nesse sentido, a capacidade de tomar decisões

financeiras adequadas no presente representa um elemento determinante para a construção da segurança econômica no longo prazo. Assim, a análise quantitativa permite verificar em que medida o conhecimento financeiro é efetivamente convertido em bem-estar financeiro.

Sob a perspectiva das Finanças Comportamentais, essa relação não ocorre de forma linear ou automática. Conforme evidenciado por Potrich, Vieira e Kirchler (2015) e OCDE (2024), a tradução do conhecimento em comportamento financeiro adequado pode ser afetada por fatores psicológicos que introduzem distorções no processo decisório. Diante disso, esta seção analisa as relações diretas e indiretas entre os construtos, isolando seus efeitos para avaliar a magnitude e a direção das associações.

Essa abordagem permite identificar se o conhecimento técnico dos servidores é suficiente para promover satisfação financeira ou se, à luz da Teoria do Prospecto de Kahneman e Tversky (1979), os vieses cognitivos — como o excesso de confiança e a aversão à perda — atuam como mecanismos de distorção que limitam os efeitos positivos da alfabetização financeira. Dessa forma, os resultados apresentados não se restringem à testagem de hipóteses, mas contribuem para a compreensão dos limites da racionalidade na gestão das finanças pessoais.

Para avaliar a robustez dessas relações e testar as hipóteses propostas, os coeficientes de caminho (*path coefficients*), bem como sua significância estatística, foram estimados por meio da técnica de *bootstrapping*. Os resultados dessa análise, que sintetizam as interações entre alfabetização financeira, vieses cognitivos e bem-estar financeiro, estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Regressões (Efeitos Diretos)

Efeitos Diretos	Preditor	Coef. (B)	Beta (β)	Erro Padrão	z-valor	p-valor	IC 95% (inf - sup)
(SCOREBEF)	EXC	3,860	0,282	0,767	5,029	< 0,001*	[2,439; 5,446]
	AVP	-1,046	-0,075	0,620	-1,686	0,092	[-2,260; 0,184]
	Conhecimento	-0,551	-0,052	0,500	-1,101	0,271	[-1,592; 0,360]
	Atitude	-1,262	-0,095	0,706	-1,786	0,074	[-2,555; 0,230]
	Comportamento	5,661	0,460	0,645	8,773	< 0,001*	[4,404; 6,934]
(EXC)	Conhecimento	0,079	0,101	0,044	1,769	0,077	[-0,005; 0,168]
	Atitude	-0,151	-0,156	0,06	-2,53	< 0,011*	[-0,271; -0,038]
	Comportamento	0,452	0,504	0,052	8,616	< 0,001*	[0,347; 0,553]
(AVP)	Conhecimento	-0,055	-0,072	0,046	-1,209	0,227	[-0,141; 0,040]

Atitude	0,017	0,018	0,063	0,275	0,783	[-0,110; 0,137]
Comportamento	0,088	0,100	0,055	1,619	0,106	[-0,020; 0,192]

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Nota: ATI = atitude, COMP = comportamento financeiro, ScoreCF = conhecimento financeiro, EXC = excesso de confiança, AVP = aversão à perda, SCOREBEF = bem-estar financeiro, * $p < 0,05$.

A Tabela 5 apresenta os resultados das regressões referentes aos efeitos diretos do modelo estrutural, organizados em três blocos analíticos: (i) preditores do bem-estar financeiro; (ii) preditores do excesso de confiança (EXC); e (iii) preditores da aversão à perda (AVP). Essa estrutura permite compreender, de forma integrada, a magnitude dos efeitos dos preditores sobre os resultados, isolando o impacto específico de cada variável no modelo.

Inicialmente, ao examinar o primeiro bloco relativo aos preditores do bem-estar financeiro, observa-se que o comportamento financeiro se consolida como o principal preditor da regressão, apresentando o maior coeficiente positivo e altamente significativo (5,661; $p < 0,001$). Este resultado indica que, para cada acréscimo de um ponto na escala de comportamento financeiro, o bem-estar financeiro do servidor aumenta 5,661 pontos. O intervalo de confiança [4,404; 6,934] não inclui o zero, reforçando a robustez estatística desse efeito. O coeficiente padronizado ($\beta = 0,460$; $p < 0,001$) confirma a relevância do construto, convergindo com os achados de Silva (2022), que também identificou a influência positiva da alfabetização financeira sobre o bem-estar percebido ($\beta = 0,511$; $p < 0,001$).

Este resultado está em plena consonância com a literatura de alfabetização financeira, que enfatiza que o comportamento é o resultado observável, isto é, as ações financeiras efetivamente praticadas no dia a dia, como poupar, investir, controlar gastos, evitar dívidas excessivas etc., conforme (Huston, 2010; OCDE, 2013; OCDE, 2023; Atkinson e Messy, 2012). Conforme, Brüggén *et al.*, (2017), o bem-estar financeiro envolve não apenas condições objetivas, como renda, segurança e liberdade financeira, mas também percepção subjetivas de controle sobre a própria vida econômica.

Na sequência, destaca-se a influência do excesso de confiança, que apresentou efeito positivo e estatisticamente significativo sobre o bem-estar financeiro ($b = 3,860$; $p < 0,001$). Em termos práticos, para cada unidade de aumento neste viés cognitivo, há um acréscimo em média de 3,860 pontos no nível de bem-estar financeiro dos servidores. Embora o número seja positivo, este viés é caracterizado pela tendência de os indivíduos superestimarem suas próprias habilidades, conhecimentos ou controles sobre eventos futuros, conforme (Kahneman, 2011; Barberis e Thaler, 2003). No campo das finanças comportamentais, essa percepção distorcida

pode levar à subestimação de riscos, à tomada de decisões imprudentes e até à superexposição a investimentos arriscados.

Quanto à aversão à perda, observou-se um efeito negativo e não significativo ($-1,046$; $p = 0,092$); desse modo não houve evidência estatística suficiente para afirmar que tal relação existe na realidade dos servidores do IFBA. Ainda assim, a direção do efeito corrobora a Teoria da Perspectiva (Kahneman; Tversky, 1979), sugerindo que o peso emocional das perdas em detrimento a ganhos de mesma magnitude pode impactar negativamente a segurança financeira, embora essa influência não tenha sido confirmada na amostra analisada.

Observa-se que entre os fatores da alfabetização financeira no modelo direto, o conhecimento financeiro apresentou coeficiente negativo e não significativo ($b = -0,551$; $p = 0,271$). De forma semelhante, a atitude financeira também apresentou relação negativa ($b = -1,262$; $p = 0,074$). Embora conhecimento e atitude sejam vertentes centrais da alfabetização financeira, seus efeitos não se manifestaram de forma significativa nesta amostra específica. Por outro lado, o comportamento financeiro destacou-se como o único componente estatisticamente significativo, o que reforça sua relevância na explicação do bem-estar financeiro.

Esses achados corroboram estudos que apontam os limites da educação financeira tradicional, evidenciando que o conhecimento, isoladamente, não garante melhores resultados financeiros (Fernandes; Lynch; Netemeyer, 2014; Lusardi; Mitchell, 2014). Conforme argumenta a OCDE (2013), a alfabetização financeira é multidimensional, sendo insuficiente quando não acompanhada por comportamento efetivo e pela capacidade de aplicação prática.

No segundo bloco, referente aos preditores do excesso de confiança, observa-se que o comportamento financeiro se destaca como principal determinante, apresentando efeito positivo e altamente significativo ($b = 0,452$; $p < 0,001$). Este resultado sugere que indivíduos que adotam práticas financeiras mais estruturadas tendem a desenvolver maior autoconfiança em suas decisões. Tal achado pode ser interpretado à luz da teoria da autoeficácia (Bandura, 1977), segundo a qual experiências bem-sucedidas reforçam a percepção de competência individual, ainda que, em determinados contextos, essa percepção possa se traduzir em excesso de confiança, caracterizado como erro de julgamento (Kahneman, 2011).

O conhecimento financeiro apresentou coeficiente positivo, porém não significativo ($b = 0,079$; $p = 0,077$), indicando apenas uma tendência de associação positiva com o excesso de confiança. Esse resultado sugere que, embora exista uma direção esperada, o efeito não se mostrou estatisticamente, corroborando a perspectiva de Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014),

ao indicarem que o domínio técnico isolado nem sempre se traduz em efeitos psicológicos ou comportamentais consistentes.

Em contraste, a atitude financeira apresentou efeito negativo e significativo sobre o excesso de confiança ($b = -0,151$; $p < 0,011$), indicando que disposições voltadas ao planejamento e à cautela tendem a reduzir a superestimação das próprias capacidades. Tal resultado está alinhado à lógica de Kahneman (2011), sugerindo que uma postura reflexiva (Sistema 2) pode mitigar impulsos intuitivos de autoconfiança desmedida típicos do Sistema 1.

Por fim, no terceiro bloco — referente aos preditores da aversão à perda — observa-se que nenhuma das variáveis da alfabetização financeira apresentou efeito estatisticamente significativo. O comportamento financeiro apresentou coeficiente positivo ($b = 0,088$; $p = 0,106$), enquanto o conhecimento financeiro e a atitude financeira também não demonstraram relações significativas. Estes resultados reforçam a compreensão de que a aversão à perda possui uma base predominantemente emocional e cognitiva profunda, sendo menos sensível a fatores educacionais ou comportamentais (Kahneman; Tversky, 1979; Kahneman, 2011).

Em síntese, os resultados evidenciam que o comportamento financeiro emerge como o eixo central do modelo, influenciando diretamente o bem-estar e atuando como principal determinante do mediador excesso de confiança. Ademais, o excesso de confiança se configura como um mecanismo psicológico relevante na explicação do bem-estar financeiro, enquanto a aversão à perda não apresentou impacto estatisticamente significativo no modelo analisado.

Uma vez estabelecidas as relações diretas entre os construtos, procede-se à análise dos efeitos indiretos, com o objetivo de verificar se os vieses cognitivos EXC e AVP atuam como mecanismos de mediação entre as dimensões da alfabetização financeira e o bem-estar financeiro.

4.3 Resultados da análise indireta entre os construtos (Mediação)

Diante da complexidade que envolve o processo de tomada de decisão, esta investigação buscou analisar e compreender de que forma os vieses cognitivos de excesso de confiança e aversão à perda atuam na mediação entre a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro. Para isso, utilizou-se a análise de mediação para identificar e explicar o mecanismo pelo qual uma variável independente afeta uma variável dependente por meio da inclusão de uma variável interveniente, denominada mediadora.

Com o propósito de verificar a significância desses caminhos diretos e indiretos, adotou-se a abordagem de Barone Kenny (1986) e Hayes (2013). Além disso, essa abordagem constitui o procedimento estatístico necessário para o teste das hipóteses H1, H2 e H3. Por meio desta técnica, busca-se analisar se estes caminhos propostos são estatisticamente significativos, permitindo confirmar ou refutar se tais vieses cognitivos atuam como mecanismos intervenientes para explicar o bem-estar financeiro.

Conforme relatado na metodologia, para realizar as análises dos efeitos de mediação indicados no modelo teórico, utilizou-se a Modelagem de Equações Estruturais (MEE) fundamentada na abordagem de Kline (2015), Hair I. (2019) e Bollen (1989). A significância estatística dos efeitos indiretos foi aferida por meio da técnica de *bootstrapping* (Preacher; Hayes, 2008) com 5.000 reamostragens. Os resultados dessas análises encontram-se expostos na Tabela 6.

Tabela 6 – Resultados dos Efeitos Indiretos (Mediação)

Efeitos Indiretos	"Caminhos"	Estimativa	Coef. Beta (β)	Erro padrão	z-valor	p-valor	IC 95 % (Inf. Sup)
(SCOREBEF)	Conhecimento → EXC	0,304	0,028	0,196	1,552	0,121	[-0,020; 0,739]
	Atitude → EXC	-0,582	-0,044	0,293	-1,987	0,047*	[-1,253; -0,121]
	Comportamento → EXC	1,744	0,142	0,353	4,94	< 0,001*	[1,086; 2,453]
	Conhecimento → AVP	0,058	0,005	0,064	0,907	0,365	[-0,045; 0,209]
	Atitude → AVP	-0,018	-0,001	0,075	-0,24	0,81	[-0,185; 0,140]
	Comportamento → AVP	-0,093	-0,008	0,083	-1,121	0,262	[-0,278; 0,036]
Efeito Total	Conhecimento	-0,190	-0,018	0,466	-0,407	0,684	[-1,162; 0,663]
	Atitude	-1,862	-0,140	0,662	-2,812	0,005*	[-3,143; -0,507]
	Comportamento	7,313	0,594	0,583	12,546	0,001	[6,238; 8,479]

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

A Tabela 6 apresenta os resultados dos efeitos indiretos dos construtos Excesso de Confiança e Aversão à Perda, evidenciando como estes medeiam a relação entre as dimensões da Alfabetização Financeira e o Bem-Estar Financeiro.

Especificamente, verificou-se que os efeitos indiretos associados às três dimensões da alfabetização financeira — conhecimento, atitude e comportamento — via aversão à perda não apresentaram significância estatística. O caminho Conhecimento → AVP → Bem-estar

financeiro apresentou $\beta = 0,005$ ($z = 0,907$; $p = 0,365$), enquanto o caminho Atitude $\rightarrow$ AVP $\rightarrow$ Bem-estar financeiro apresentou $\beta = -0,001$ ($z = -0,240$; $p = 0,810$). De forma semelhante, o caminho Comportamento $\rightarrow$ AVP $\rightarrow$ Bem-estar financeiro resultou em $\beta = -0,008$ ($z = -1,121$; $p = 0,262$). Nota-se que o caminho Conhecimento $\rightarrow$ EXC $\rightarrow$ Bem-estar financeiro apresentou $\beta = 0,028$ ($p = 0,121$), não evidenciou efeito mediado estatisticamente significativo.

Em contraste, apenas o Excesso de Confiança apresentou efeito indireto positivo e significativo entre a variável comportamento e o bem-estar financeiro ($\beta = 0,142$; $p < 0,001$), caracterizando uma mediação parcial, uma vez que o efeito direto do Comportamento sobre o Bem-estar permanece significativo mesmo após a inclusão do mediador ($\beta = 0,460$ $p < 0,001$) conforme proposto por Baron e Kenny (1986) e Hayes (2013). Este resultado reforça a percepção de autoeficácia financeira do servidor (Huston, 2010; OCDE, 2018; Bandura, 1977), sugerindo que práticas equilibradas influenciam o bem-estar tanto de forma direta quanto por meio indireto ao fortalecer percepção da autoconfiança nas decisões.

Quanto à Atitude Financeira, a análise evidenciou um efeito indireto negativo e significativo ($\beta = -0,044$; $p = 0,047$), também configurando uma mediação parcial, pois o efeito direto da Atitude sobre o Bem-estar não foi totalmente suprimido. Tal achado denota que o imediatismo opera como um detrator da segurança psicológica, o que reforça as diretrizes da OCDE (2023) e de Lusardi e Mitchell (2014).

Por outro lado, o fenômeno da Aversão à Perda não se confirmou estatisticamente como uma variável mediadora ($p > 0,05$), configurando-se como um traço rígido e independente, em linha com a concepção de Kahneman (2011). Uma vez desvelados os processos subjetivos que governam a percepção de bem-estar financeiro, torna-se imperativo sumarizar o suporte empírico conferido a cada hipótese de pesquisa.

Considerando o desfecho final, o Efeito Total é igual à soma dos efeitos diretos e indiretos total do comportamento financeiro e atitude financeira sobre o Bem-Estar Financeiro apresentou um coeficiente robusto de 7,313 ($p < 0,001$). No que diz respeito ao poder preditivo, o Coeficiente de Determinação (R^2) revelou que o modelo explica 49,7% da variância do Bem-Estar Financeiro. De acordo com os critérios de Cohen (1988) e Hair *et al.* (2019), valores superiores a 26% em Ciências Sociais Aplicadas são considerados de grande magnitude. Esse resultado evidencia que o modelo possui elevado poder explicativo, capturando parcela substancial dos fatores que influenciam a percepção de segurança econômica dos servidores do IFBA.

Portanto, demonstra-se, assim, que a conversão do conhecimento técnico em bem-estar financeiro não ocorre de forma direta, mas é mediada por mecanismos psicocomportamentais, conforme (Fernandes; Lynch; Netemeyer, 2014; OCDE, 2018). Nesse sentido, o modelo valida a premissa de que o bem-estar financeiro decorre da forma como as competências financeiras são internalizadas e processadas pela autoeficácia percebida (Bandura, 1977).

Por fim, os 50,3% restantes da variância do bem-estar financeiro são atribuídos a fatores externos ou não contemplados no modelo estrutural, o que é consistente com a complexidade do fenômeno em análise (Hair *et al.*, 2019). Diante disso, os resultados sustentam empiricamente que a dimensão do Comportamento Financeiro se configura como o principal preditor do Bem-Estar Financeiro no contexto do Instituto Federal da Bahia, atuando tanto de forma direta quanto como o principal indutor da confiança e da autoeficácia do servidor.

O Quadro 2, apresentado abaixo, detalha essa síntese, evidenciando quais constructos obtiveram significância estatística para a validação das hipóteses do modelo teórico proposto.

4.4 Teste das Hipóteses

Nesta seção, os resultados obtidos são analisados e confrontados com a literatura pertinente, guiando-se pelas implicações das hipóteses testadas. A discussão é estruturada de modo a evidenciar de que forma as dimensões da alfabetização financeira e os vieses de excesso de confiança e aversão à perda interagem entre si para a formação do bem-estar financeiro do servidor público do IFBA.

Quadro 2 – Síntese dos resultados dos testes de hipóteses

Hipótese	Proposição de Caminho	Sinal esperado	Resultado	Evidência Estatística
H1	A alfabetização financeira influencia positivamente o bem-estar financeiro.	Positivo	Confirmada	Mediação direta Comportamento → Bem-estar financeiro (= 0,460; $p < 0,001$).
H2	O viés de excesso de confiança atua como mediador na relação entre a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro.	Positivo	Confirmada	Efeito indireto = (0,142; $p < 0,001$).
H3	A aversão à perda atua como mediador na relação entre a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro.	Positivo	Não confirmada	Efeitos indiretos não significativos ($p > 0,05$).

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O Quadro 2 apresenta o resultado das hipóteses da pesquisa, os sinais esperados, as estimativas dos coeficientes obtidos e o *status* de cada hipótese. A hipótese H1 é referente ao construto alfabetização financeira, que foi representado pela atitude financeira, pelo conhecimento financeiro e pelo comportamento financeiro, com base na literatura de Lusardi e Mitchel (2014); Huston e Remund (2010); OCDE (2013,2023,2024) e no Modelo de Bem-Estar Financeiro (Brüggen *et al.*, 2017). Enquanto as hipóteses H2 e H3 estão ancoradas na Teoria das Finanças Comportamentais (Kahneman; Tversky, 1979).

Os resultados confirmam **H1**, que postula que a alfabetização financeira influencia positivamente o bem-estar financeiro ao evidenciar um efeito direto positivo e estatisticamente significativo ($\beta = 0,594$; $p < 0,001$). Este achado reforça os resultados obtidos por Silva (2022), que reportou um impacto de magnitude similar no comportamento sobre o bem-estar financeiro percebido ($\beta = 0,511$; $p < 0,001$). Isso indica que o comportamento financeiro exerce um impacto expressivo sobre o bem-estar financeiro, conforme outros estudos como o de Lusardi (2017), Lusardi e Mitchell (2014), OCDE (2023) e Vieira *et al.*, (2016).

Em relação a **H2**, que propõe a mediação do viés de excesso de confiança entre alfabetização financeira e bem-estar, os resultados indicam a existência de um efeito indireto positivo e estatisticamente significativo ($\beta = 0,142$; $p < 0,001$), corroborando a hipótese formulada. Esse resultado evidencia que o excesso de confiança atua como um mecanismo psicocomportamental relevante na transmissão dos efeitos da alfabetização financeira para o bem-estar percebido, conforme Loureiro (2021).

Em termos comparativos, observa-se que esse resultado foi superior ao reportado por Silva (2022) ($\beta = 0,213$) em sua amostra nacional. Estes achados reforçam a perspectiva das finanças comportamentais, segundo a qual fatores subjetivos, como a autopercepção de competência, influenciam a forma como os indivíduos internalizam e aplicam o conhecimento financeiro (Kahneman, 2011); Lusardi, 2017).

A **H3**, que propunha a mediação da aversão à perda, não foi confirmada; o escore beta estimado, além de não ter apresentado significância estatística, apresentou sinal negativo, contrariamente ao esperado, conforme demonstrado no Quadro 2. Ao comparar os resultados da **H3** com os achados de Silva (2022), observa-se uma importante distinção empírica. No estudo dessa autora, a aversão à perda apresentou um impacto negativo e significativo sobre o bem-estar ($\beta = -0,179$; $p < 0,001$), indicando que o medo da perda atua como um detrator direto

da satisfação financeira na população geral Kahneman (2011); Remund (2010), Liu *et al.*, (2021).

Em contraste, os resultados dessa amostra no IFBA, embora apresentem sinal negativo, não demonstraram significância estatística ($p > 0,05$), não confirmando a hipótese de mediação. Essa divergência sugere que, no contexto do serviço público federal, a aversão à perda comporta-se de maneira mais rígida e autônoma. Sugere-se que a estabilidade funcional e a previsibilidade de renda inerentes à categoria podem atuar como fatores moderadores, mitigando a força com que esse viés cognitivo impacta o bem-estar emocional, diferentemente do que ocorre na amostra heterogênea de Silva (2022).

Do ponto de vista teórico, tal evidência sugere que a aversão à perda constitui um traço cognitivo de natureza mais estável e menos sensível à influência da alfabetização financeira, estando associada a respostas emocionais automáticas frente a perdas, conforme argumentado por Kahneman (2011). Entretanto, não foram encontradas pesquisas até o presente momento que tenham mediado a aversão à perda ao bem-estar financeiro. Nesse sentido, esta pesquisa contribuiu com essa evidência empírica, de que a aversão à perda influencia de forma negativa a segurança financeira e a liberdade financeira dos indivíduos. A seguir, apresenta-se o capítulo das considerações finais desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa e suas implicações, bem como as contribuições, limitações e sugestões para novas pesquisas. Esta dissertação foi desenvolvida com base no seguinte problema: **de que forma os vieses de excesso de confiança e aversão à perda atuam como mediadores na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro?** Para responder esse questionamento, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral: analisar a influência mediadora dos vieses cognitivos de excesso de confiança e aversão à perda na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro.

Inicialmente, para atingir o objetivo geral da pesquisa e, consequentemente, responder à questão problema, foram propostos três objetivos específicos. O primeiro objetivo específico consistiu em estabelecer a relação teórica entre a alfabetização financeira e os vieses cognitivos de excesso de confiança e aversão à perda. Para o seu alcance, a pesquisa fundamentou-se na literatura da Economia Comportamental e das Finanças Comportamentais, a qual sustenta que o conhecimento financeiro não é processado de forma neutra, sendo mediado por heurísticas e vieses cognitivos que influenciam a tomada de decisão.

Esse objetivo foi atingido por meio de revisões sistemáticas e integrativas da literatura, que possibilitaram a construção do arcabouço teórico necessário para compreender como o domínio de conceitos financeiros se relaciona com padrões cognitivos e emocionais. A partir dessa base teórica, foram selecionadas escalas previamente validadas para operacionalizar empiricamente os construtos de alfabetização financeira, vieses cognitivos e bem-estar financeiro no contexto dos servidores do IFBA.

O segundo objetivo específico foi o de avaliar de que forma os vieses cognitivos de excesso de confiança e aversão à perda impactam o bem-estar financeiro. Esse objetivo foi alcançado a partir do suporte teórico da Teoria Prospectiva e da literatura sobre bem-estar financeiro, as quais evidenciam que a percepção de satisfação econômica e a tomada de decisão financeira são fortemente influenciadas por fatores psicológicos e emocionais. Com base nesse referencial, tais vieses foram operacionalizados por meio de escalas previamente validadas. Dessa forma, foi possível estruturar a análise empírica das relações entre os vieses comportamentais e o bem-estar financeiro, permitindo examinar teoricamente e metodologicamente a influência desses vieses como determinantes psicológicos da satisfação financeira.

O terceiro objetivo específico consistiu em testar empiricamente a influência dos vieses cognitivos na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro. Para isso, estimou-se um modelo de mediação por meio da Modelagem de Equações Estruturais, com aplicação do procedimento de *bootstrapping*, no qual os vieses cognitivos foram inseridos como mediadores entre o conhecimento financeiro e o bem-estar. Essa estratégia permitiu verificar se o impacto das dimensões da alfabetização financeira sobre o bem-estar ocorre de forma direta ou se é mediado por mecanismos psicocomportamentais, atendendo plenamente ao objetivo proposto.

Os resultados indicaram que a alfabetização financeira por meio do fator comportamento exerce efeito direto significativo sobre o bem-estar financeiro. O excesso de confiança apresentou influência positiva, enquanto a aversão à perda não exerceu efeito estatisticamente significativo. Observou-se, ainda, que a relação entre alfabetização financeira e bem-estar ocorre de forma direta e indireta, sendo parcialmente mediada pelo excesso de confiança, o que evidencia que parte do comportamento financeiro somente se converte em satisfação financeira quando reprocessado por mecanismos psicocomportamentais.

Dessa forma, considera-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado e o problema de pesquisa foi respondido. Concluída a etapa de análise e discussão, os resultados obtidos passam a servir de base para uma reflexão propositiva. Conforme Bruggen *et al.*, (2017), na perspectiva social, um bom equilíbrio de bem-estar financeiro favorece o consumo consciente e planejado, refletindo em indivíduos que conseguem bons níveis de poupança e, com isso, dependem menos de subsídios do governo.

Segue-se, portanto, as contribuições advindas desta investigação, as barreiras enfrentadas durante sua execução e as recomendações para que futuras pesquisas possam explorar as lacunas remanescentes sobre a interface entre vieses cognitivos e bem-estar.

5.1 Contribuições da pesquisa

A presente pesquisa oferece contribuições relevantes às dimensões teórica, metodológica e prática no campo das Finanças Comportamentais e do Bem-Estar Financeiro, ao investigar como fatores cognitivos e emocionais reconfiguram a relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro no contexto do serviço público federal brasileiro, tendo como locus empírico o Instituto Federal da Bahia (IFBA).

Em termos teóricos, o estudo avança ao problematizar a premissa amplamente difundida de que o domínio técnico de conhecimentos financeiros conduz, de forma direta e automática, a níveis mais elevados de segurança e satisfação financeira. Os resultados empíricos indicam que essa relação não se sustenta plenamente de maneira linear, evidenciando que o conhecimento financeiro, isoladamente, não é suficiente para promover bem-estar financeiro.

A principal contribuição teórica reside na demonstração empírica de que os vieses cognitivos de excesso de confiança e aversão à perda desempenham papéis distintos na determinação do bem-estar financeiro. Os achados sugerem que o excesso de confiança atua como um mecanismo de conversão psicológica do conhecimento técnico em segurança subjetiva, deslocando o bem-estar financeiro do campo da competência objetiva para o da percepção de controle.

Por outro lado, a aversão à perda não se configurou como mediador significativo do bem-estar financeiro, independentemente do nível de alfabetização financeira. Tal achado indica a presença de um componente emocional mais rígido e menos sensível à instrução técnica no contexto estudado. Essa evidência reforça abordagens fundamentadas na Teoria Prospectiva e na Racionalidade Limitada segundo Simon (1956), ao demonstrar que emoções associadas à perda exercem impacto autônomo e persistente, sugerindo que o incremento do conhecimento financeiro, por si só, não é suficiente para mitigar vieses emocionais profundos na percepção da qualidade de vida financeira.

No plano metodológico, a pesquisa se diferencia ao testar empiricamente, por meio da Modelagem de Equações Estruturais associada ao procedimento de *bootstrapping*, um modelo de mediação que incorpora simultaneamente dois vieses cognitivos amplamente discutidos na literatura. A ausência de estudos prévios que tenham investigado empiricamente a mediação conjunta do excesso de confiança e da aversão à perda na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro confere caráter inovador ao desenho analítico adotado, ampliando o escopo das investigações empíricas na área.

Do ponto de vista prático, os achados oferecem implicações diretas para a formulação e aprimoramento de políticas institucionais de alfabetização financeira, especialmente no âmbito do serviço público. Ao evidenciar que programas centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos técnicos apresentam eficácia limitada, o estudo sugere a necessidade de intervenções que incorporem a calibragem da confiança e o gerenciamento de respostas emocionais diante de perdas, tornando-se mais aderentes à dinâmica psicológica dos indivíduos.

Adicionalmente, contribui para o fortalecimento das políticas públicas de alfabetização financeira ao fornecer evidências empíricas que dialogam com as diretrizes da OCDE e com instrumentos nacionais, como o Índice de Saúde Financeira da FEBRABAN (Iban). Ao identificar que, no contexto do serviço público federal, o Excesso de Confiança e a Atitude são preditores críticos do bem-estar financeiro.

Nesse contexto, os achados também oferecem subsídios diagnósticos que podem potencializar iniciativas já em curso, como o programa “Aprender Valor”, ao indicar que a efetividade dessas ações pode ser ampliada mediante a inclusão de conteúdos voltados à gestão de vieses cognitivos e à mudança de atitudes. Programas de capacitação, a exemplo daqueles vinculados ao projeto “Na Ponta do Lápis”, podem ser otimizados ao transcender abordagens estritamente técnicas, incorporando dimensões comportamentais e emocionais.

A utilização de plataformas digitais democratizadas, como a conta gov.br, reforça o potencial de escalabilidade dessas intervenções. Instituições de ensino, como o IFBA, podem aplicar os resultados desta pesquisa na estruturação de trilhas de aprendizagem personalizadas, orientadas não apenas à aquisição de conhecimento financeiro, mas também ao desenvolvimento de resiliência, autonomia decisória e responsabilidade econômica, elementos fundamentais para o exercício pleno da cidadania.

Por fim, ao evidenciar que elevados níveis de escolaridade e estabilidade ocupacional não garantem, por si só, bem-estar financeiro sustentável, esta pesquisa contribui para o deslocamento do foco das políticas de educação financeira — do acúmulo de conhecimento — para a compreensão e gestão dos vieses cognitivos que efetivamente moldam o comportamento econômico.

Em síntese, os resultados da modelagem indicam que o bem-estar financeiro depende menos do estoque de conhecimento e mais da forma como o indivíduo percebe sua realidade, regula emoções e toma decisões, o que se traduz em comportamentos como planejamento financeiro, poupança e controle de gastos impulsivos.

5.2 Limitações da pesquisa

Embora metodologicamente a presente pesquisa tenha sido concebida de forma consistente, esta investigação apresenta limitações que orientam a interpretação de seus resultados. O delineamento transversal adotado inviabiliza o estabelecimento de relações causais definitivas, restringindo a análise às associações observadas no recorte temporal da

coleta. Em consequência, não é possível inferir como os efeitos identificados, especialmente aqueles mediados por vieses, se comportariam diante de trajetórias de carreira ou crises sistêmicas prolongadas.

Ademais, os resultados derivam de escalas de autorrelato, suscetíveis ao viés de desejabilidade social. Ressalte-se que o próprio excesso de confiança, variável central do modelo, pode influenciar a forma como os respondentes avaliam tanto sua competência técnica quanto seu bem-estar. Outra limitação refere-se ao recorte amostral circunscrito a uma única instituição federal, o que exige cautela na generalização dos achados para a iniciativa privada, submetida a regimes distintos de risco e segurança ocupacional. A seguir apresenta-se uma agenda com as sugestões para estudos futuros.

5.3 Agenda de pesquisas futuras

As articulações teóricas entre os construtos analisados situam-se em uma fronteira ainda incipiente da literatura comportamental. Mais do que encerrar o debate, os resultados aqui obtidos instigam o desenvolvimento de investigações que ampliem esse horizonte, explorando a diversidade de contextos institucionais, delineamentos metodológicos e abordagens analíticas. À luz dessa perspectiva, apresenta-se a seguir uma agenda de pesquisa:

a) Analisar a eficácia de estratégias de *debiasing* (redução de vieses) em públicos de alta escolaridade, testando se intervenções focadas em humildade cognitiva supera o ensino técnico tradicional na redução do excesso de confiança.

b) Realizar um estudo longitudinal para avaliar a resiliência do bem-estar financeiro dos servidores diante de instabilidades institucionais (como reformas administrativas), testando a tese de que sua segurança econômica é psicologicamente vulnerável e dependente da percepção de estabilidade.

c) Investigar a discrepância entre a autoeficácia percebida e indicadores financeiros reais (exemplo: margem consignável utilizada e volume de poupança), verificando se o excesso de confiança atua como uma "máscara" que oculta fragilidades patrimoniais objetivas no setor público.

Tais estudos podem contribuir decisivamente para o redesenho de políticas de instrução financeira no setor público, deslocando o escopo da simples acumulação de conhecimento para a calibração da autopercepção de competência. Para além das fronteiras institucionais, os resultados aqui apresentados oferecem uma contribuição social relevante ao alertar que o

letramento financeiro, por si só, é insuficiente se não estiver acompanhado de uma gestão consciente dos vieses cognitivos.

Dessa forma, a aplicação desses resultados pode inspirar políticas públicas mais humanizadas e eficazes, voltadas à promoção de uma saúde financeira resiliente para a sociedade em geral. Ao reconhecer que o comportamento humano é mediado por emoções e percepções subjetivas, abre-se espaço para uma educação que não apenas informa o intelecto, mas que protege a integridade emocional do indivíduo.

Em última análise, este estudo reafirma que o verdadeiro bem-estar financeiro não se encerra no equilíbrio das contas ou na posse do conhecimento técnico; ele floresce na harmonia entre a segurança real e a tranquilidade percebida, permitindo que o servidor e, por extensão, o cidadão, alcance uma vida financeira plena, consciente e, acima de tudo, sustentável.

REFERÊNCIAS

- AGUDELO AGUIRRE, A. A. Behavioral finance: Evolution from the classical theory and remarks. **Journal of Economic Survey**, 2024.
- AJZEN, I. Consumer attitudes and behavior: the theory of planned behavior applied to food consumption decisions. **Revista de Economia Agrária**, v. 70, n. 2, p. 121–138, 2015.
- ARIANTI, B. F. The influence of financial literacy, financial behavior, and income on investment decisions. **Jurnal Ekonomi dan Bisnis**, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 1–10, 2021.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. Measuring Financial Literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study. Paris: **OECD Publishing**, 2012. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, n. 15.
- BABBIE, E. **Fundamentals of social research**. 4. ed. Belmont: Wadsworth Cengage Learning, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório da OCDE avalia letramento financeiro entre adolescentes**. Aprender Valor, 2024. Disponível em: <https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor/NoticiaAprenderValor/100/noticia>.
- BANDURA, A. Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. **Psychological Review**, [s. l.], v. 84, n. 2, p. 191-215, 1977.
- BARBERIS, N.; THALER, R. A survey of behavioral finance. **Handbook of the Economics of Finance**, [s. l.], v. 1, p. 1053-1128, 2003.
- BOLLEN, K. A. **Structural equations with latent variables**. New York: John Wiley & Sons, 1989.
- BRASIL. Senado Federal. **Despreparo financeiro da população é preocupante**. Brasília: Agência Senado, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/despreparo-financeiro-da-populacao-e-preocupante>. Acesso em: 09 fev. 2026.
- BROOKS, C.; SANGIORGI, I.; HILLENBRAND, C.; MONEY, K. The importance of staying positive: the impact of emotions on attitude to risk. **International Journal of Finance and Economics**, [S.l.], 2023.
- BROWN, T. A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. 2. ed. New York: Guilford Publications, 2015.
- BRÜGGEN, E. C. et al. Financial well-being: a conceptualization and research agenda. **Journal of Business Research**, v. 79, p. 228–237, 2017.
- CARMINES, E. G.; MCIVER, J. P. **Analyzing models with unobserved variables**: Analysis of covariance structures. In: BOHRNSTEDT, G. W.; BORGATTA, E. F. (ed.). **Social measurement: current issues**. Beverly Hills: Sage, 1981. p. 65-115

CNDL; SPC BRASIL. **Educação financeira no Brasil: pesquisa nacional de perfil e comportamento**. 2025. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br>.

COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. 2. ed. Hillsdale: Erlbaum, 1988.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Série CVM Comportamental: Vieses do Investidor. **Comissão de Valores Mobiliários**, 2015.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU- CFPB. **CFPB Financial Well-Being Scale: Scale development technical report**. 2017.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU- CFPB. Measuring financial well-being: A guide to using the CFPB financial well-being scale. Washington, DC: **Consumer Financial Protection Bureau**, 2015.

D'AGOSTINO, A.; ROSCIANO, M.; STARITA, M. G. Measuring financial well-being in Europe using a fuzzy set approach. **International Journal of Bank Marketing**, v. 39, n. 1, p. 48–68, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJBM-03-2020-0114>.

DILLMAN, D. A.; SMYTH, J. D.; CHRISTIAN, L. M. **Internet, phone, mail, and mixed-mode surveys: The tailored design method**. 4. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2014.

EVANS, J. S. B. T.; STANOVICH, K. E. Dual-process theories of higher cognition: advancing the debate. **Perspectives on Psychological Science**, v. 8, n. 3, p. 223–241, 2013.

FERNANDES, D.; LYNCH, J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial education, financial literacy, and downstream financial behaviors. **Management Science**, [s. l.], v. 60, n. 8, p. 1861–1883, 2014.

FLORA, D. B.; CURRAN, P. J. An empirical evaluation of alternative methods of estimation for confirmatory factor analysis with ordinal data. **Psychological Methods**, v. 9, n. 4, p. 466–491, 2004.

FORNELL, C.; LARCKER, D. F. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. **Journal of Marketing Research**, v. 18, n. 1, p. 39–50, 1981.

FRIEDMAN, Milton. **A Theory of the Consumption Function**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. (Ou a edição de 2019).

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

HAIR, J. F. et al. **Modelagem de equações estruturais com PLS-SEM: guia prático**. Tradução: Adriana de Araújo Bezerra; Rafael Chiaravalotti. 2. ed. Porto Alegre: Sagah, 2019.

HAYES, A. F. **Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: a regression-based approach**. New York: Guilford Press, 2013.

HOELTER, J. W. The analysis of covariance structures: Goodness-of-fit indices. **Sociological Methods & Research**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 325-344, 1983.

HU, L.; BENTLER, P. M. Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. **Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1-55, 1999.

HUSTON, S. J. Financial literacy and the cost of borrowing. **International Journal of consumer Studies**, v. 36, n. 5, p. 566-572, 2012.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 263-291, 1979, **ABI/Inform Global**.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. *Econometrica*, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 263-291, 1979.

KAHNEMAN, D. **Rápido e Devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KEBEDE, H. Financial literacy and personal finance management in Ethiopia: Evidence from university students. **International Journal of Business and Social Science**, v. 6, n. 5, p. 173-181, 2015.

KLINE, R. B. **Principles, and practice of structural equation modeling**. 4. ed. New York: Guilford Press, 2016.

KUMAR, S.; GOYAL, N. Behavioral biases in investment decision making – a systematic literature review. **Qualitative Research in Financial Markets**, v. 7, n. 1, p. 88-104, 2015.

LI, Y. et al. Development of a Loss Aversion Scale: Evidence from Chinese samples. **Journal of Behavioral and Experimental Economics**, v. 95, p. 101704, 2021.

LIN, T. Loss aversion in consumer choice: A systematic investigation in retail decision-making. **Journal of Consumer Psychology**, v. 34, n. 1, 2024.

LIU, W. The review of loss aversion: mechanisms and measurement. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 212, p. 456-472, 2023.

LUSARDI, A.; MICHAUD, P. C.; MITCHELL, O. S. Optimal financial knowledge and wealth inequality. **Journal of Political Economy**, v. 125, n. 2, p. 431-477, 2017.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of pension economics & finance**, v. 10, n. 4, p. 509-525, 2011.

LYNCH, J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial Education, Financial Literacy, and Downstream Financial Behaviors. **Management Science**, [s. l.], v. 60, n. 8, p. 1861-1883, 2014

MACEDO, T. A. T. **Endividamento e uso de crédito consignado: um olhar sobre a realidade do servidor público federal da Univasf**. 2023. 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro, 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCU, R.; RAD, Gavril; RAD, Dana. Exploring aversion loss: a theoretical perspective over behavioral positive and negative markers. **Technium Social Sciences Journal**, Arad, v. 60, p. 156–176, ago. 2024. ISSN 2668-7798.

MCCORMICK, M. H. The effectiveness of youth financial education: a review of the literature. **Journal of Financial Counseling and Planning**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 70-83, 2009.

MODIGLIANI, Franco. The life cycle hypothesis of saving, the demand for wealth and the supply of capital. **Social Research**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 160-217, 1966.

NETEMEYER, R. G. et al. How financial constraints influence consumer behavior: an integrative framework. **Journal of Consumer Research**, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 2-32, 2018.

OLIVEIRA, A. S. et al. Planejamento financeiro e consumo imediato: uma análise das esferas federal, estadual e municipal. **Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)**, v. 12, n. 1, p. 145-168, 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Education at a Glance 2012**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2012. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2012_eag-2012-en.html. Acesso em: 9 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD Territorial Reviews: Brasil 2013**. Paris: OECD Publishing, 2013. Disponível em: https://www.oecd.org/pt/publications/2013/03/oecd-territorial-reviews-brazil-2013_g1g14f92.html. Acesso em: 9 fev.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD Economic Surveys: Brasil 2018**. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: https://www.oecd.org/pt/publications/2018/02/oecd-economic-surveys-brazil-2018_g1g89b03.html. Acesso em: 9 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/oecd-infe-2023-international-survey-of-adult-financial-literacy_56003a32-en.html. Acesso em: 9 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD Economic Outlook**, Volume 2024 Issue 2. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/oecd-economic-outlook-volume-2024-issue-2_d8814e8b-en.html. Acesso em: 9 fev. 2026.

PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 27, n. 69, p. 362-377, 2015.

PREACHER, K. J.; HAYES, A. F. Asymptotic and resampling strategies for assessing and comparing indirect effects in multiple mediator models. **Behavior Research Methods**, v. 40, n. 3, p. 879–891, 2008.

RAD, M. N.; ZHOU, X.; GAO, J. A multidimensional examination of loss aversion: The role of time, cognition, and emotion. **Journal of Behavioral Decision Making**, 2024.

REMUND, D. L. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 276–295, 2010.

ROPRET HOMAR, Aja. An examination of the effects of loss aversion on pro-environmental decisions. 2023. Tese (Doutorado) – **School of Economics and Business, University of Ljubljana**, Ljubljana, 2023.

SANTOS, J. S.; FERREIRA, M. A. M. O comportamento financeiro e o endividamento de servidores públicos: um estudo sob a ótica da educação financeira. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 19, n. 2, 2020.

SILVA, N. E. F. **Alfabetização financeira, inclusão financeira e vieses cognitivos comportamentais: análise da influência sobre o bem-estar financeiro individual**. 2022. Tese (Doutorado) — Universidade Federal da Paraíba.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. **Quarterly Journal of Economics**, v. 69, n. 1, p. 99–118, 1956.

SIMON, H. A. Invariants of human behavior. **Annual Review of Psychology**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 1-20, 1990.

SIMON, H. A. A mechanism for social selection and successful altruism. **Science**, v. 250, n. 4988, p. 1665-1668, 1990.

STANOVICH, K. E.; WEST, R. F. Individual differences in reasoning: Implications for the rationality debate. **Behavioral and Brain Sciences**, [s. l.], v. 23, n. 5, p. 645-665, 2000.

THALER, R. H. **Advances in behavioral finance**. New York: Russell Sage Foundation, 1993.

THALER, R. H. Mental accounting matters. **Journal of Behavioral Decision Making**, v. 12, n. 3, p. 183–206, 1999.

THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. **Nudge: o empurrão para a escolha certa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

VASCONCELOS, A. L. A. et al. Fatores que influenciam o Endividamento e a Inadimplência no Setor Têxtil da cidade de Toritama-PE, à Luz das Finanças Comportamentais. **Revista Controladoria e Gestão - RCG**, v. 6, n. 1, p. 1346-1368, jan./jun. 2025.

VIEIRA, K. M., POTRICH, A. C. G., Bressan, A. A., & Klein, L. L. (2021). Loss of financial well-being in the COVID-19 pandemic: Does job stability make a difference? **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, 31, 10055
<https://doi.org/10.1016/j.jbef.2021.100554>

VITT, L. A. *et al.* **Personal finance and the rush to competence: financial literacy education in the U.S.** Washington, DC: Fannie Mae Foundation, 2000.

YANG, C. W., WANG, J., & LIU, X. What affects the financial asset allocation of the elderly? From the perspective of financial literacy and risk attitude. **Finance Research Letters**, 2024

ZHAO, X.; LYNCH, J. G.; CHEN, Q. Reconsidering Baron, and Kenny: Myths and Truths about Mediation Analysis. **Journal of Consumer Research**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 197-206, 2010.

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados (questionário)

Seção I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Versão do Instrumento

[NOTA]: A íntegra do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com detalhes sobre a instituição patrocinadora (UFPB), os canais de suporte (CVV e IFBA/COPSI) e as informações completas do CEP, está anexada a este protocolo como documento suplementar na Plataforma Brasil. O aceite eletrônico abaixo é a manifestação de sua vontade após a leitura desta seção.

Prezado(a) Servidor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar, de forma voluntária e livre, desta pesquisa.

O estudo é conduzido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de pesquisa de Finanças e Métodos Quantitativos. Tendo o Instituto Federal da Bahia como Instituição Coparticipante.

A pesquisa é desenvolvida pela mestrandia Edilza Gomes da Silva, sob orientação do Prof. Dr. Aldo Leonardo Cunha Callado e coorientação da Prof. Dr^a Nathállya Etyenne Figueira Silva.

Título da Pesquisa: A influência dos vieses de excesso de confiança e aversão à perda na relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro: uma análise com os servidores do IFBA.

Público-Alvo (Elegibilidade): A pesquisa tem como público-alvo os **servidores efetivos e ativos** do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

Objetivo geral da pesquisa: Analisar a relação entre alfabetização financeira e bem-estar financeiro tendo como variáveis mediadoras os vieses de excesso de confiança e a aversão à perda.

Procedimento e Duração: Sua participação consiste no preenchimento deste questionário eletrônico. O tempo estimado para a conclusão é de, aproximadamente, 15 a 20 minutos.

Riscos e Mitigação: Esta pesquisa é classificada como de Risco Mínimo. O risco potencial é o desconforto psicológico ou constrangimento leve ao refletir sobre sua situação financeira pessoal. Para mitigar esse risco:

Seu Anonimato e Sigilo são garantidos. Nenhuma informação de identificação pessoal (nome, matrícula, IP) será coletada.

Você tem o direito de interromper ou desistir da participação a qualquer momento, sem justificativa ou penalidade, bastando fechar esta página.

Benefícios: O principal benefício direto é o estímulo à sua reflexão e autoconhecimento sobre a interferência de vieses cognitivos comportamentais nas tomadas de decisões. Os resultados da pesquisa serão utilizados para subsidiar programas de educação financeira no IFBA, sendo a devolutiva garantida por meio de publicação institucional.

Contato: Para quaisquer dúvidas ou necessidade de esclarecimento, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável: Edilza Gomes da Silva (Telefone: (77) 99982-5190 / Email: edilzagbi@gmail.com).

Declaração de Consentimento

Diante do exposto e dos esclarecimentos prestados, declaro que estou ciente da natureza da pesquisa e manifesto meu consentimento em participar:

☐ SIM, eu concordo em participar da pesquisa.

☐ NÃO, eu não concordo em participar e entendo que posso desistir sem qualquer prejuízo.

(Seu aceite eletrônico será registrado como manifestação de consentimento livre e esclarecido.)

ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

Leia as perguntas de múltipla escolha abaixo e marque a alternativa que considera mais adequada.

1. Suponha que você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R \$1.000,00. A loja A oferece um desconto de R \$150,00, enquanto a loja B oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa?

a) Comprar na loja A (desconto de R\$ 150,00)

b) Comprar na loja B (desconto de 10%)

c) Não sei

2. Suponha que você pegou R\$100,00 emprestado com um amigo, e após uma semana você pagou os R\$100,00. Quanto de taxa de juros vocês estão pagando?

a) 0%

b) 1%

c) 2%

d) Não sei

3. Suponhamos que você coloque R \$100,00 em uma poupança que rende 2% ao ano. Você não faz nenhum outro depósito, nem retira nenhum dinheiro desta conta. Quanto você teria nesta conta ao final do primeiro ano, contando com os juros?

a) R\$ 98,00

b) R\$ 100,00

c) R\$ 102,00

d) R\$ 120,00

e) Não sei

4. Imagine que a taxa de juros incidente sobre sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro.

a) Mais do que hoje

b) Exatamente o mesmo

c) Menos do que hoje

d) Não sei

5. Normalmente, qual ativo apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo?

a) Poupança

b) Ações

c) Títulos públicos

d) Não sei

6. Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:

a) Verdadeira

b) Falsa

c) Não sei

7. José adquire um empréstimo de R \$1.000,00 que tem a taxa de juros de 20% ao ano composto anualmente. Se ele não fizer pagamentos do empréstimo e a essa taxa de juros, quantos anos levaria para o montante devido dobrar?

a) Menos que 5 anos

b) Entre 5 e 10 anos

c) Mais que 10 anos

d) Não sei

8. Leia as afirmações a seguir e indique o seu grau de concordância ou discordância.

1 = Discordo totalmente

2 = Discordo

3 = Nem concordo e nem discordo

4 = Concordo

5 = Concordo totalmente

Afirmações/Atitude	1	2	3	4	5
Eu costumo viver o hoje e deixar o amanhã acontecer.					
Acho mais gratificante gastar dinheiro do que guardar para o futuro.					
Dinheiro é feito para gastar.					

9. Leia as afirmações a seguir e indique com que frequência você as pratica:

1 = Nunca

2 = Raramente

3 = Às vezes

4 = Frequentemente

5 = Sempre

Afirmações/Comportamento	1	2	3	4	5
Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.					
Eu guardo parte da minha renda todo mês.					
Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, por exemplo, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.					
Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.					
Nos últimos 12 meses, tenho conseguido poupar dinheiro.					
Antes de comprar algo, considero cuidadosamente se posso pagar.					
Eu pago minhas contas em dia.					

BEM-ESTAR FINANCEIRO

Leia as afirmações a seguir e indique o seu grau de concordância ou discordância.

1 = Discordo totalmente

2 = Discordo

3 = Nem concordo e nem discordo

4 = Concordo

5 = Concordo totalmente

Afirmações/Bem-estar financeiro	1	2	3	4	5
Você poderia lidar com uma grande despesa inesperada.					
Você está garantido seu futuro financeiro.					
Por causa da sua situação financeira, você sente que nunca terá as coisas que quer na vida.					
Você pode aproveitar a vida devido à maneira como está administrando seu dinheiro.					
Você está apenas sobrevivendo financeiramente.					
Você está preocupado(a) que o dinheiro que tem ou terá economizado pode não ser suficiente.					
Dar um presente de casamento, aniversário ou outra ocasião colocaria em dificuldade suas finanças do mês.					
Você tem dinheiro sobrando no final do mês.					
Você está deixando a desejar no cuidado com suas finanças.					
Suas finanças controlam sua vida.					

VIESES COGNITIVOS COMPORTAMENTAIS

Leia as afirmações a seguir e indique seu grau de concordância ou discordância.

1 = Discordo totalmente

2 = Discordo

3 = Nem concordo e nem discordo

4 = Concordo

5 = Concordo totalmente

Afirmações/Excesso de confiança	1	2	3	4	5
Tenho um maior conhecimento financeiro para tomar decisões sobre o uso do dinheiro do que minha família.					
Gerencio o dinheiro melhor do que meus amigos ou familiares.					
Acredito que os conhecimentos financeiros que possuo, me ajudam a tomar as melhores decisões.					
Tenho mais confiança nas minhas opiniões a respeito de produtos financeiros (Exemplos: crédito de curto prazo, financiamentos, investimentos) do que na opinião de especialistas.					
Quando realizo investimentos, tenho um desempenho melhor do que a maioria das pessoas que eu conheço.					
Tenho boas expectativas quanto ao meu futuro financeiro.					

Quando se trata de assuntos financeiros prefiro, prefiro confiar nos meus conhecimentos e habilidades do que seguir a opinião de outras pessoas.					
--	--	--	--	--	--

Leia as afirmações a seguir e indique seu grau de concordância ou discordância.

- 1 = Discordo totalmente
 2 = Discordo
 3 = Nem concordo e nem discordo
 4 = Concordo
 5 = Concordo totalmente

Afirmações/ Aversão à perda	1	2	3	4	5
Quando vou tomar uma decisão, penso muito mais sobre o que eu posso perder do que sobre o que eu posso ganhar.					
A dor de perder uma quantia de dinheiro me importa mais do que o prazer de ganhar a mesma quantia de dinheiro.					
Me sinto nervoso(a) quando tenho que tomar uma decisão que pode gerar uma perda.					
A dor de perder algo me importa muito mais do que o prazer de ganhá-lo.					
Vivenciar uma grande perda permanece em minha mente por mais tempo do que vivenciar um grande ganho.					
A possibilidade de fracasso me assusta mais do que a possibilidade de obter sucesso me encoraja.					

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO RESPONDENTE

Qual sua identidade de gênero?

- a) Feminino
 b) Masculino
 c) Não-binário/Gênero Fluido
 d) Outra _____
 e) Prefiro não responder

Qual a sua idade? (Apenas números. Por exemplo: 30) _____

Qual a sua escolaridade?

- a) Ensino médio completo
 b) Graduação completa
 c) Graduação em andamento
 d) Especialização completa
 e) Especialização em andamento
 f) mestrado completo
 g) mestrado em andamento
 h) Doutorado completo

e) Doutorado em andamento.

Qual o seu estado civil?

- a) Solteiro(a)
- b) Casado(a)/ União estável
- c) Separado(a)/ Divorciado (a)
- d) Viúvo(a).